



BRASIL AGORA



ANO I Nº 7

JANEIRO DE 1992 2ª QUINZENA

CR\$ 1.250,00



GOVERNO COLLOR

O CARRASCO DOS APOSENTADOS

ESPECIAL 1992: O MUNDO, AS ELEIÇÕES, A ECOLOGIA, A ECONOMIA E A CULTURA

A ESQUERDA É OPÇÃO DE PODER

Em toda a história brasileira, a esquerda nunca reuniu tantas condições favoráveis para chegar ao poder como neste final de século. Ao contrário do que possa supor, a crise do antigo paradigma socialista e a derrocada dos países do Leste, entre eles a URSS, não inviabilizaram o sucesso de uma proposta de governo para o Brasil, alternativa a todos os projetos executados até agora pelas nossas elites.

Alguns ingredientes desta possibilidade hoje estão transparentes, como o fim da guerra fria e o desaparecimento do fantasma do "comunismo", que justificava todo tipo de ação golpista sempre apoiada pelos Estados Unidos, uma maior reafirmação da democracia em todo o planeta, apesar de alguns retrocessos como na Argélia e no Leste e a vitória e consolidação das concepções democráticas e pluralistas no campo da esquerda.

Um projeto de esquerda para o Brasil deve, em primeiro lugar, partir do primado da democracia como método de ação política, de organização do Estado e da sociedade. Ao mesmo tempo, deve se desprender do estigma do corporativismo e de qualquer concepção "salvacionista". A construção de uma sociedade diferente, progressista, democrática, será obra obrigatória de forças heterogêneas, e exigirá árdua caminhada, na qual não cabem soluções fáceis, demagógicas e sem traumas. Não basta o discurso centrado na classe operária, no estatismo ou, ao contrário, na auto-suficiência do mercado.

O novo Brasil exige soluções que abarquem, indistintamente, todas as classes sociais. Não há projeto de esquerda com perspectiva de poder se os próprios componentes deste amplo conjunto de forças não estiverem dispostos a praticar a hegemonia. Não a hegemonia do "mando e obediência", mas a relação da política na qual os vários segmentos e partidos se dispõem a desenvolver papéis em escalas diferenciadas no exercício do poder. Pensar em chegar ao poder sozinho e depois buscar a ajuda de outras forças políticas, antes de tudo, é um equívoco. Este novo bloco precisa ser construído antes da sua própria formalização.

Os partidos mais estruturados e com maior representatividade social, obviamente, são os candidatos mais fortes a liderar um novo bloco hegemônico no Brasil. Entretanto, esta não é uma lógica linear. Partidos de menor expressão social podem ser guindados a este papel, se forem competentes para dar respostas mais consentâneas com a realidade. O Brasil espera pela esquerda democrática.

ROBERTO FREIRE

Deputado Federal (PCB-PE)

O caçador que virou carrasco

Travestido de caçador de marajás e defensor dos oprimidos, o atual ocupante do Palácio do Planalto armou sua bilionária campanha eleitoral com lances de mistificação e truculência, agora definitivamente desmascarados pelos insuspeitos arquivos do DOPS gaúcho. Os arapongas do Sul comprovam o que o PT, à época, denunciou sem que as autoridades apurassem para valer: o nexos direto do comando do PRN com os baderneiros do comício de Caxias do Sul, contratados por uma empresa de segurança para fazer o papel de petistas em pleno segundo turno da campanha presidencial (página 3).

A máscara cai mais uma vez: o "protetor dos descamisados" virou o carrasco dos aposentados, que se mobilizam em todo o país contra a clamorosa injustiça e a desumana intenção de pas-

sar-lhes o calote nos 147% a que têm direito. A reportagem de capa desta edição (página 6, 11 e 12) acompanha as manobras do Congresso, os planos para privatizar a Previdência, e o drama de milhões que, embora dispensados do trabalho e do emprego, não dispensaram a dignidade nem perderam a vergonha na cara.

Nas páginas 7 a 10, Brasil Agora inaugura suas inovações editoriais de 1992, com o primeiro de uma série de cadernos especiais. A mudança coincide com a chegada do jornal às bancas e com uma curva ascendente de assinaturas.

Na última página, uma provocativa entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE KIPPER.



ERRATA NECESSÁRIA

Esta carta não é de uma leitora parabenizando o Brasil Agora. Tampouco a de um militante, admirado com a saída do jornal tão esperado. Está sendo redigida por uma companheira de Partido sim, que antes de mais nada é uma profissional. É uma carta que serve como porta-voz da minha indignação com dois fatos absurdos ocorridos neste jornal:

1) Publicação de fotos minhas, do Congresso do PT, sem os devidos créditos, que são obrigatórios. 2) A não publicação de errata na edição seguinte (nº 6), tendo como justificativa um segundo "esquecimento" do editor de arte.

As queixas abordadas são sérias, pois estão diretamente relacionadas com o respeito ao trabalho profissional. Pior do que erros ocasionais, até certo ponto compreensíveis, é a falta de respeito, seriedade e, principalmente, competência.

FERNANDA ESTIMA
São Paulo, SP

Resposta: A queixa se justifica. As fotos de Valério Arcary e Vladimir Palmeira, da página 8 da edição nº 5 de Brasil Agora, são de autoria de Fernanda Estima.

FATO LAMENTÁVEL

Confesso que fiquei intrigado ao receber o Brasil Agora nº 5 e notar que na foto de capa, onde aparece o companheiro Lula no 1º Congresso do PT, próximo ao cotovelo esquerdo e abaixo da estrela do PT, nota-se uma "sombra" retirando a imagem de alguém que estava ao lado de Lula. Na página 9 a mesma foto aparece, desta vez sem maquiagem, e nota-se que a misteriosa "sombra" é do deputado Luiz Gushiken. Não sei qual motivo levou os editores do jornal a cometerem tal equívoco, e quero registrar meu protesto por

uma atitude que considero inaceitável. Espero que um fato lamentável como este não se repita mais, para que a credibilidade deste jornal não fique seriamente comprometida.

NELSON JANDIR CANESIN
São Paulo, SP

ESTRELA DO ORIENTE

Não se apaga a estrela do oriente! Apraz-nos perceber a evolução do jornal Brasil Agora. Mas a evolução é linear. A melhor edição, a nº 5, contém uma terrível falha. Façamos uma comparação entre a foto de capa e a foto das páginas 8 e 9. Meu Deus! Na foto de capa há uma visível silhueta ao lado de Lula. Visível até para o mais míope dos míopes. Se o objetivo era colocar o Lula, só, tendo ao fundo o símbolo do partido, tudo bem. Mas será que não dava para pegar de outro ângulo? Além do mais, devem existir "zilhões" de fotos do Lula com a estrela do PT no fundo. Não façam mais isso, por favor! É feio, muito feio, extremamente feio, desgraçadamente feio!

CLAYTON AVELAR E AUSTREGÉSILO MELO (ASTRAL)
Brasília, DF

DESAPARECIMENTO

Gostaria que o nosso jornal publicasse alguma matéria explicando o desaparecimento do Deputado Luiz Gushiken da capa do nº 5. Além de ser um equívoco político, foi muito grosseiro cortar o cotovelo do Lula e deixar os cabelos de Gushiken na estrela do PT.

SUELI MARIA DE OLIVEIRA
São Paulo, SP

RESQUÍCIOS STALINISTAS?

O 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores acabou com todos os resquícios do stalinismo, exceto o nosso jornal, principalmente o número 5. Basta ver a capa. Politicamente é errado e tecnicamente é grosseiro fazer o que fizeram com a foto em que

A SOMBRA SINISTRA

Ao recebermos a última edição do Jornal Brasil Agora, do qual somos assinantes, percebemos que a fotografia da capa tinha sofrido uma "ligeira maquiagem". O companheiro Lula encontrava-se ladeado por uma "sinistra sombra".

Qual não foi a nossa surpresa, ao folhearmos o jornal, encontrarmos nas páginas centrais a foto original, onde a "sombra" converte-se na imagem do nosso companheiro, ex-presidente nacional do PT e deputado federal, Luiz Gushiken.

Podemos dizer que a referida "maquiagem" é, no mínimo, um erro primário. Primeiro, porque tecnicamente foi feita de forma grosseira. Segundo, porque politicamente ela só poderá trazer desgastes para um jornal que inicia suas atividades, buscando ganhar a simpatia do público "petista" e demais setores democráticos da sociedade.

No momento em que vemos um furacão político desmantelar toda a estrutura autoritária e repressiva da ex-URSS, muito nos cons-

trange ver um jornal vinculado ao PT usar "técnicas gráficas" que ficaram tristemente famosas naquele... Lá, em nome da divergência política e da necessidade da "salvação nacional" contra os traidores do povo, os stalinistas falsificaram a história e todos os documentos necessários para manter apenas a versão oficial como fato. Entendemos que a presença do companheiro Gushiken, ao lado de Lula, na foto da capa, não alteraria o destaque que o jornal visou dar ao presidente nacional do partido.

Portanto, é incompreensível a atitude do jornal ao "apagar" a presença do primeiro. Por entender que uma atitude como essa, antidemocrática e extremamente danosa para o nosso partido, só pode ter sido um erro ou "distração" política primária, esperamos que seja feito uma autocritica no próximo número do jornal, esclarecendo o porquê deste lapso.

RICARDO BERZOINI
Secretário Geral do Sindicato dos Bancários/SP

também aparecia o Gushiken.

PEDRO ANTONIO BORGES FERREIRA
São Paulo, SP

EQUÍVOCO POLÍTICO

Venho através desta manifestar a minha indignação perante a falta de ética demonstrada no Brasil Agora nº 5, quando utilizaram uma foto tirada no 1º Congresso Nacional do PT e apagaram da mesma o ex-presidente do Partido e deputado federal Luiz Gushiken. Certo de que V.Sª. compreendeu perfeitamente que no 1º Congresso

Nacional do PT foram definitivamente excluídos os resquícios do stalinismo, e que tal episódio traz amargas lembranças, conto com sua colaboração no sentido de retratar este lamentável "equívoco político".

JOSÉ RAMOS FILHO
São Paulo, SP

FELIZ 1992

Recebemos e retribuimos mensagens de fim de ano de Walter Sorrentino (PCdB), do deputado estadual Antenor Chicarino (PT-SP) e da Editora Scipione.

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **EDITOR DE ARTE:** JOCA PEREIRA. **ARTE:** BEATRIZ PESSÓA, CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** FLÁVIO AGUIAR, MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **COPIDESQUE E REVISÃO:** FÁBIO DE LIRA E CELSO CRUZ. **DIGITADORAS:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOLE E SILVANA PANZOLDO. EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA. **BRASIL AGORA** É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL. - ALAMEDA GLETE, 1049. **DISTRIBUIÇÃO:** FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. RUA TEODORO DA SILVA, 907 - TEL: (021) 577-6655 - CEP: 20563 - RIO DE JANEIRO, RJ. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** Mª AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). **FONES:** 220-7198/222-6318. **CIRCULAÇÃO:** PAULO SOLDANO. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO. **ASSINATURAS:** TEL: 223-2974 **SERVIÇOS GERAIS:** CRIDIONOR DA SILVA, EUSLÂNDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA. **FOTOLITO:** ED. ARTE. **IMPRESSÃO:** FTD. **COLABORADORES:** AÚPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER,

BRASIL AGORA

ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, GABYRU, GENARO URSO, IVAN SEIXAS, ISAAC ACKSELERUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO ANTONIO SCHUSTER, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELJANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, ROGÉRIO SOTTILU, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 24 DE JANEIRO DE 1992. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** RUI FALCÃO

Segredos reveladores

**Arquivos da polícia política
comprovam envolvimento do PRN
nos conflitos em Caxias do Sul**

O que sempre foi uma suspeita finalmente ficou comprovado: o PRN contratou uma empresa privada de segurança para tumultuar o comício de Fernando Collor de Mello em Caxias do Sul, no dia 2 de dezembro de 1989, em pleno segundo turno da campanha presidencial. O resultado foi um conflito com vários feridos e prisões, episódio amplamente explorado pelo PRN no horário eleitoral gratuito - onde os apoiadores de Lula eram responsabilizados pelos incidentes.

Na época, o comitê da Frente Brasil Popular solicitou investigações ao Tribunal Regional Eleitoral, que até hoje em nada resultaram. Na mesma situação estão os três inquiridos policiais abertos em Caxias do Sul para investigar o ocorrido.

SEGREDOS DE ARQUIVO. Agora se descobriu que agentes da recentemente extinta Supervisão Central de Informações (SCI) da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul investigaram os acontecimentos e descobriram que os "baderneiros do PT" eram, na verdade, funcionários da Empresa Dobermann de Segurança (Edose), contratada pelo comitê eleitoral do PRN para trabalhar no comício em Caxias do Sul. Em dois relatórios, o 317 e o 319/89, os agentes relatam contatos com o dono da Edose, Adroaldo José Roque de Lima, apontando Flávio Carlos Ramires Pereira como responsável pelo comando da "segurança". Ocorre que este mesmo Flávio, funcionário da Edose, foi foto-



A foto é em preto e branco, mas os baderneiros são coloridos

grafado "gravateando" um manifestante e investindo contra um grupo, armado de um sarrafo. Entre os seus comandados, por sua vez, estão policiais civis e militares, que forneciam para contato os telefones de quartéis ou delegacias onde trabalhavam.

O assunto só veio a público com a abertura parcial dos arquivos das polícias políticas do Rio Grande do Sul. Os arquivos, descobertos por ação de deputados do PT e do PCdoB, desnadam, mesmo que parcialmente, a ação conjunta dos órgãos de repressão dos países do Cone Sul na época das ditaduras militares e revelam que, apesar de expressamente proibidas pela Constituição, eles continuam em atividade.

NOVAS REVELAÇÕES. Com a divulgação da denúncia pelos jornais, Adroaldo acabou confirmando que havia sido contrata-

do pelo comitê eleitoral do PRN por intermédio de Gilson Cripa, que na época prestaria serviços para o irmão de Fernando Collor de Mello, Leopoldo.

Esta centralização das contratações foi ratificada pelo então presidente do PRN gaúcho, José Carlos Mayo. Ele explicou que o comitê central da campanha de Collor era quem tratava desses assuntos. O então Secretário da Segurança Pública, Waldir Wálter (PMDB), procurado na semana passada pela reportagem de **Brasil Agora**, confirmou recordar-se do incidente, mas alegou necessitar de um contato prévio com seus assessores da época para recordar dos detalhes. Somente depois disso aceitará falar sobre o assunto, o que deve demorar um pouco, pois todos "estão em férias".

Com isso, não se pode esclarecer quem determinou o início das investigações e por que elas não foram concluídas.

Outra dúvida a ser esclarecida é se o então governador gaúcho e hoje senador Pedro Simon (PMDB), que apoiou Lula, sabia das atividades de sua polícia política, cujas informações, se divulgadas na época, poderiam ter mudado os resultados do segundo turno. Até porque a Edose manteve-se em atividade: outro relatório da SCI transcreve uma conversa telefônica entre um delegado de Polícia e o comitê da Frente Brasil Popular, em que o primeiro advertia que a empresa havia sido contratada para amedrontar os Militantes da Frente Brasil Popular na boca-de-urna.

Enquanto estes detalhes todos ainda aguardam esclarecimentos, o PT do Rio Grande do Sul finaliza a elaboração de uma Ação Cível por Dano Moral ao partido, a ser ajuizada em breve.

JOSÉ L. LIMA,
de Porto Alegre (RS)

PARTIDOS

Comunistas em apuros

Dois meses antes de completar 70 anos, o PCB faz congresso para mudar nome e sigla.

O "partidão" vai rachar. Outra vez. O último episódio da série, o 10º Congresso, está marcado para os dias 25 e 26 de janeiro. De um lado, a maioria da atual direção nacional do PCB, encabeçada pelos deputados federais Roberto Freire e Sérgio Arouca, que defendem a fundação de uma nova agremiação, chamada por alguns de Partido da Esquerda Democrática. Do outro lado estão os auto-denominados "ortodoxos" - como o arquiteto Oscar Niemeyer e o ex-reitor da UFRJ, Horácio Macedo -, que se recusam a abandonar seja o nome, seja a sigla, seja os símbolos do partido.

O confronto entre "renovadores" e "ortodoxos" teve seu último round no 9º Congresso do partido, em julho de 1991, quando a proposta de mudança da sigla e do nome foi apresentada e derrotada. O fracassado golpe

de Estado contra Gorbachev acelerou a crise nas fileiras pecebistas: alguns seguem rumo ao PCdoB, outros para o PT.

Tudo indica que os "ortodoxos" são minoria entre os delegados do Congresso. Quem sabe por isso, alguns deles se anteciparam, saindo do PCB e fundando, em dezembro do ano passado, um enxuto PC.

Nem por isso as coisas ficaram mais fáceis para Freire e seus apoiadores. Acusados de traição - cita-se como exemplo mais recente o acordo com a Fundação Roberto Marinho, para a preservação de parte do patrimônio histórico do comunismo brasileiro -, e de fraude - por terem aberto o Congresso à participação de não-filiados -, os defensores de um novo partido terão que fazer muita força para demonstrar sua viabilidade, num território ocupado pelo PT, pelo PSB,

pelo PDT e pelo PSDB.

CAMINHOS OPOSTOS. Marcado para 3 a 8 de fevereiro, o 8º Congresso do PCdoB não promete novidades. Apesar da saída de alguns parlamentares e dirigentes do partido, e de algumas polêmicas nas conferências preparatórias, é certo que as teses da direção serão aprovadas no Congresso. A Classe Operária, órgão oficial do PCdoB, já mandou o recado: "As manifestações contrárias ao marxismo-leninismo não tiveram maior ressonância no coletivo partidário". Com isso, provavelmente caberá ao PCdoB a glória ou a tragédia de se apresentar não mais como o único, mas sim como o último partido comunista do Brasil (na próxima edição de **Brasil Agora**, leia a cobertura completa dos congressos comunistas).

VALTER POMAR

SOCIALISTAS E COMUNISTAS

O modelo do "socialismo real", nas suas diversas variantes, esgotou-se. Principalmente por seus exames teóricos e praxis, suas contradições, falta de respostas e pela ação de massas. Menos pela ação dos inimigos, responsabilidades de direções e/ou "traições".

Trata-se de repensar os ideais socialistas e comunistas, vinculando-os à democracia, ao humanismo e à modernidade. Romper revolucionariamente com o modelo derrotado, não mera reforma ou retificação. Para que os ideais socialistas e comunistas voltem a ter atração massiva e abrangente.

O PCB vinculou-se umbilicalmente ao que se esgotou, a despeito das mudanças positivas - mas sempre limitadas - que operou nos últimos trinta anos. Em decorrência temos o esgotamento do PCB, e a necessidade de buscar-se vinculação a um novo projeto partidário, sinalizando ruptura com o velho.

Propomos que o PCB trabalhe pela unificação dos socialistas e comunistas de compromisso democrático, preferencialmente em uma só organização partidária. Numa iniciativa que poderia envolver principalmente o PT, PCB e PSB.

Na unificação caberia papel central ao PT por ter nascido como alternativa ao "socialismo real" e a social-democracia. Pela recuperação do sentido estratégico e hegemônico da ação popular e socialista, apesar das manifestações de estreitismo político. Por constituir-se no partido socialista com maior força política, social e de massa.

O PCB colaboraria com valioso patrimônio e potencial teórico, político, moral e ético, embora de influência residual na sociedade brasileira.

As propostas de manter o PCB (dos ortodoxos) e da constituição de uma nova formação política (da Direção Nacional) são opções sem vocação para ter influência massiva e abrangente e para a hegemonia popular e socialista. Pela precária vinculação ao movimento social. Pelos compromissos com modelos falidos (caso dos ortodoxos). Pela ausência de ruptura com a linha política que tirou do PCB e da esquerda o sentido estratégico e a vocação pela hegemonia (de parte da Direção Nacional e dos ortodoxos).

DOMINGOS TODDERO
Membro da direção do PCB-RS
e da Direção Nacional. Militante do
PCB desde 1971.



A entrega se acelera

O governo amplia a lista de estatais privatizáveis e coloca em risco até a Petrobrás



A DANÇA DOS LÍDERES

No final de fevereiro serão definidas as lideranças das mais importantes bancadas da Câmara dos Deputados.

No PMDB, a disputa será acirrada. O deputado Odacir Klein (RS) tem o apoio assinado de 44 deputados. Ele precisa de um mínimo de 51 votos, e o voto é secreto. Klein tem a seu favor a tradição oposicionista e a decadência do atual líder Geraldo Correia (BA), que negociou a aprovação das MPs 294 e 295 e a barganha da rolagem das dívidas. Desgastou-se ao identificar-se com os "7 Anões", grupo fisiológico que controla a Comissão de Orçamento. Recuperou-se um pouco com a atuação na crise da Previdência. A situação favorece Odacir Klein, mas o jogo pesado começa agora - há quercistas dos dois lados. Quêrcia, assim como alguns governadores, terão peso na decisão que será no dia 19 de fevereiro.

Com a ida de Ricardo Fiúza (PE) para o Ministério da Ação Social, o PFL renovará liderança. Líder do PFL é, na prática, líder do Bloco Governista (engloba o PRN) - a maior força numérica da Câmara. Os mais fortes pretendentes são Messias Gois (SE) - que tem respondido pela liderança desde que Fiúza foi designado relator da Comissão de Orçamento - e Luiz Eduardo Magalhães (BA), filho de ACM. A decisão será na segunda quinzena de fevereiro.

O PT vai escolher seu novo líder no dia 15 de fevereiro. Ainda não há consenso quanto ao nome que sucederá Genoíno (SP). Paulo Paim (RS) e Eduardo Jorge (SP) seriam consensuais. Eduardo estuda convite para voltar à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Paim prefere disputar liderança em 93, ano da revisão constitucional. Há uma articulação em prol de Sandra Starling (MG). O nome de José Dirceu (SP) já apareceu.

O grupo do senador José Eduardo (banqueiro paranaense - Bamerindus) reivindica a indicação de Nelson Marquezelli (SP) para a liderança do PTB. Marquezelli é associado a Euclides Mello e Leopoldo Collor nas denúncias de intermediação de recursos do BB, CEF e dos ministérios para São Paulo. O nome de Nelson Trad (MS) aparece, mas as resistências a Marquezelli reforçam a continuidade de Gastone Righi (SP).

No PDT, o líder sempre saiu da bancada carioca. Agora, dois nomes aparecem fora do Rio: Carrion Jr. (RS) e Sérgio Gaudenzi (BA). Na bancada carioca apresentam-se Márcia Cibilis e Paulo Ramos. Alguns deputados articulam o nome de Miro Teixeira. A decisão será no dia 18 de fevereiro.

NILMÁRIO MIRANDA



Conforme alertou Brasil Agora, o governo Collor abriu 1992 disposto a fazer deslanchar o programa de privatizações, que é peça essencial da modernização conservadora pretendida pelos liberais. Nas duas primeiras semanas de janeiro, alguns fatos políticos indicaram que a idéia do Palácio do Planalto é não apenas multiplicar o número de empresas levadas a leilão, mas ao mesmo tempo ampliar como nunca os mecanismos de favorecimento aos compradores - em particular os estrangeiros.

O primeiro movimento relaciona-se com a privatização das subsidiárias da Petrobrás. No dia 3, o presidente Collor vetou o parágrafo único do projeto de lei 2.308, que permitia à Petroquisa - braço petroquímico da Petrobrás - manter participação acionária de 33% em suas subsidiárias que fossem privatizadas.

O dispositivo havia sido aprovado pelo Congresso graças à articulação do Comando Nacional dos Petroleiros. Embora discorde da própria privatização das subsidiárias, o Comando buscou com a medida, prevenir-se contra um risco ainda maior. Cerca de 70% dos lucros da Petrobrás é oriundo do setor petroquímico, e a transferência completa destas empresas à iniciativa privada poderá levar à própria inviabilização financeira de todo o grupo. A medida que Collor procura anular voltará agora à apreciação do Congresso.

FACILIDADES. Para demonstrar que está de fato interessado no desmonte da Petrobrás, o Palácio do Planalto adotou, nos dias seguintes, duas novas decisões neste sentido. No dia 7, concluiu os preparativos para privatização da Petroflex, uma das companhias mais importantes do Pólo Petroquímico do Sudeste. Uma semana depois veio golpe ainda mais duro: o Diário Oficial publicou o edital de venda da Copesul, a empresa que fornece matérias-primas para todo o Pólo Petroquímico do Sul.

Também nos primeiros dias de janeiro foram tomadas providências para levar a privatização a um outro setor: o dos serviços públicos. No dia 6, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, reuniu-se com a Comissão Nacional de Desestatização e anunciou que o governo enviará ao Senado, nos próximos dias, substitutivo que facilita a concessão desses serviços à iniciativa privada.

Já há um projeto com o mesmo objetivo em tramitação, apresentado pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Ele permite que empresas particulares operem atividades que nas últimas décadas ficaram sob responsabilidade estatal, como a geração de energia elétrica, a administração de rodovias, portos e ferrovias, a operação dos ser-

viços de telecomunicação. A diferença é que o Palácio do Planalto considera tal projeto ainda insuficiente. O substitutivo, antecipou Roberto Macedo, eliminará a necessidade de aprovação do Legislativo para fazer as concessões. Além disso, obrigará o Estado a fixar de antemão o regime tarifário que vigorará no serviço privatizado.

OFENSIVA. Finalmente, surgiu também um esforço para engordar substancialmente a lista de estatais privatizáveis, acrescentando-lhe empresas de importância estratégica para o desenvolvimento do país. No dia 7, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, anunciou em palestra ao Alto Comando da Aeronáutica que o governo pretendia vender a Embraer.

O ministro Sócrates Monteiro lembrou que a empresa é "o maior condomínio de tecnologia de ponta aeroespacial do Hemisfério Sul", mas apoiou sua privatização. Os militares, que segundo algumas análises poderiam se constituir em obstáculo importante à desestatização, não manifestaram qualquer crítica à medida. Uma semana depois, no dia 14, Collor oficializou a inclusão da estatal aeronáutica no rol de empresas que aguardam leilão. Dois dias depois, fez o mesmo com três das maiores siderúrgicas brasileiras - a CSN, a Cosipa e a Açominas -, mais o Lloyd Brasileiro.

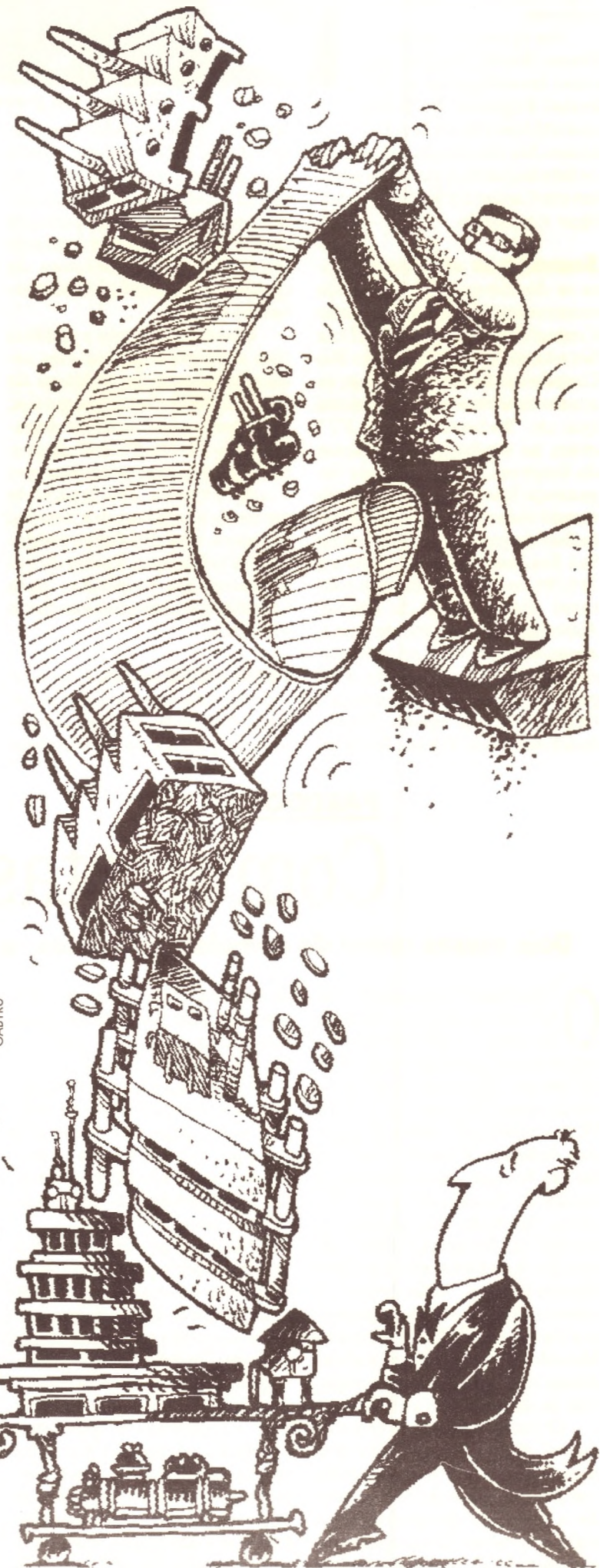
Interessado em garantir o sucesso de sua ofensiva, o Palácio do Planalto procurou assegurar ao grande capital condições ainda mais favoráveis para participar da privatização. No dia 9 foi severamente limitada a participação nas privatizações dos fundos de pensão das empresas estatais. A partir de agora eles poderão comprar no máximo 15% do capital votante das companhias vendidas. Isso impedirá a repetição de episódios como o leilão da Mafersa, vencido pelo fundo de pensão da Rede Ferroviária Federal, o que contrariou os interesses de vários grupos privados. O Ministério da Economia foi além nas con-

cessões, e, visando atrair os capitais externos, reduziu de 12 para 6 anos o prazo mínimo de permanência no país dos recursos que entrarem através da privatização.

Para que não restassem dúvidas sobre o caráter da política em curso, o presidente do BNDES anunciou no dia 6 que, após a privatização dos serviços públicos pretendida pelo governo, o banco continuará a injetar dinheiro neles, agora sob forma de empréstimos favorecidos a seus proprietários. Lembrou,

aliás, que o BNDES prepara-se para conceder 650 milhões de dólares - mais da metade do total arrecadado na venda da Usiminas - para permitir a concretização de um único projeto: a Ferrovia do Norte, que será construída pelo empresário Olacyr de Moraes, com o objetivo básico de escoar para o porto de Paranaguá a produção de soja que o grupo Itamarati, de sua propriedade, mantém no Centro-Oeste.

ANTONIO MARTINS





Panfletagem contra demissões na Usiminas como a de Vicente (acima), candidato ao Conselho.



FOTOS: ALAN RODRIGUES



BARROCCO

O PASSADO NÃO PERDOA...

A recente polémica entre os professores Antonio Candido e Miguel Reale na página 3 da Folha de S.Paulo, a partir de uma crítica deste ao fato daquele ter mencionado a luta armada como uma das possibilidades de se chegar ao socialismo, tem um pano de fundo que não se deve desconsiderar, que é o currículo de cada um dos polemistas.

O prof. Antonio Candido é um dos mais eméritos defensores da democracia no Brasil, enquanto não se pode dizer o mesmo de seu opositor. Para nos atermos a documentos e fatos, lembremos que o prof. Miguel Reale foi reitor da Universidade de S.Paulo entre 1969 a 1973.

Junto com outras gestões, o período do prof. Miguel Reale é assim lembrado pelo "Livro Negro da USP", publicado em 1978 pela ADUSP: "instauração do terrorismo cultural na universidade"... Há "uma insegurança generalizada"... "Da cúpula universitária, já domesticada pelo expurgo, não parte nenhum protesto"... "Estudantes e docentes são presos dentro do próprio campus e alguns inclusive retirados à força das aulas por policiais armados, em clima de grande comoção"... "Foi sob o manto do terror policial que se institucionalizou o processo de triagem ideológica". Este processo significava que contratos aprovados nos departamentos e congregações não eram efetivados pela reitoria, com a advertência, sempre oral e extra-oficial, de que havia algo relacionado com os "órgãos de segurança". O curioso é que havia possibilidade, em alguns casos, de buscar recurso contra essas decisões de bastidor - o que às vezes funcionava, às vezes não.

O fato é importante, pois demonstra que o poder desses "órgãos de segurança" não era irrecorrível, e que havia conivência ativa dentro da universidade, por parte das autoridades universitárias. Quem foi dos primeiros a denunciar tudo isso de forma pública e organizada? O prof. Antonio Candido, em depoimento na Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa, em 18/08/77.

FLÁVIO AGUIAR

PRIVATIZAÇÃO

Nota 10, bilhete azul

Na Usiminas privatizada até operário promovido é demitido. Porque é da oposição sindical.

Quando ganhou uma promoção na Usiminas, em setembro do ano passado, o operador de bobineira Daniel de Oliveira Miranda, 12 anos de casa, certamente não imaginava que o próximo passo da empresa fosse colocá-lo no olho da rua. Pois foi exatamente o que aconteceu: Daniel e mais sete companheiros da chapa Cut-Ferramenta, que disputara as eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga (Sindipa), acabam de ser demitidos da empresa. O caráter político das demissões se evidencia diante dos currículos dos demitidos. A promoção de Daniel, em setembro, viera acompanhada de uma comunicação elogiosa por parte de seu chefe: "Informamos-lhe que este aumento é atribuído a seus esforços na área, que foram reconhecidos pela

empresa". Outros dois demitidos, Elenice Montenegro e Paulo Lopes, têm 28 anos de Usiminas.

"NO VAREJO". Rinaldo Campos Soares, presidente da empresa, afirma que as demissões são feitas por avaliação de desempenho. Nívio Besan, presidente em exercício do sindicato e ligado à Força Sindical, disse não ter que se preocupar com demissões "no varejo", e se recusou a comentar as demissões de membros da oposição sindical, dizendo que a empresa "deve ter suas razões". Mas os bilhetes azuis vêm caindo com regularidade nas mãos dos operários, nesta nova vida privatizada da Usiminas. Até março aguarda-se um total de 1.250 demissões. Rinaldo, que também era o presidente da estatal Usiminas, antes do seu processo de privatização, não se cansa de chamar a aten-

ção dos trabalhadores de que ela agora é uma empresa privada. E anunciou três meses de aperto, o que inclui jornada dupla de trabalho, falta de intervalo para alimentação em alguns setores e a demissão de funcionários. Há um esquema concentrado para multiplicar a produção. "A superprodução faz parte do projeto político de Rinaldo", diziam membros da demitida chapa em panfletagem na segunda-feira, 13 de janeiro. A empresa tem capacidade instalada para produzir 3,5 milhões de toneladas de aço por ano. Rinaldo quer chegar aos 4,2 milhões em 92. Uma das consequências desse esforço pode ser o sucateamento prematuro de equipamentos pela superprodução.

REPRESSÃO. Segundo Vicente Trindade, demitido quatro dias depois de indicado pela oposição sindical para representar os

trabalhadores no Clube de Investidores da Usiminas, seus companheiros vêm com revolta esse processo a um tempo seletivo e massivo de demissões. Mas diz que o esquema repressor dentro e fora da empresa dificulta muito qualquer manifestação. Há cerca de 200 funcionários que atuam como "olheiros", "escutas", "dedos-duros", "detetives", para denunciar ligações "indesejáveis" dos outros trabalhadores. Osmar Pinheiro Araújo, atualmente funcionário da Prefeitura Municipal, conseguiu interceptar correspondência de um desses "detetives" da Usiminas, assinada pelo código "MM", em que o alcagüete comunicava à empresa que o próprio Osmar defendera o prefeito Chico Ferramenta, do PT, em conversa pública. E viva a privatização!

ZINA VIEIRA,
de Ipatinga (MG)

RECESSÃO

Quem ganha e quem perde

Teoricamente todos perdem. Mas uns perdem mais e há até quem saia lucrando.

Em épocas de recessão é difícil encontrar números positivos. Em 1990 o PIB caiu 4,2% e em 1991, entre zero e 1%, sendo nesse ano a indústria o setor mais prejudicado, com uma queda de 1%, enquanto a agricultura cresceu 2,9% e os serviços, com destaque para o setor financeiro, 1,6%.

Em cálculos per capita, efetuados pelo economista Jefferson José da Conceição, da subseção do DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, o PIB caiu 7% nesses dois anos. "Difícil achar quem está ganhando com a recessão", comenta o economista.

"A recessão não interessa ao empresariado enquanto classe", diz Jefferson, analisando os dados do PIB em 1991. A queda da taxa de investimentos reforça sua teoria. "Em 1980 a taxa de

investimentos correspondia a 22,9% do PIB; em 1991, ficará próxima a 15,4%".

PERDENDO MAIS. Os trabalhadores, no entanto, estão liderando a corrida para ver quem perde mais com a recessão. Apenas na indústria paulista foram demitidos 375 mil trabalhadores entre 1990 e 1991. Além disso, no mês de janeiro começaram a surgir as primeiras negociações envolvendo redução de jornada e de salário. O mais preocupante é que os primeiros a concordar estão entre os trabalhadores considerados mais organizados e combativos do país, os metalúrgicos do ABC.

Na Filtros Framm, empresa de autopeças localizada em São Bernardo, a empresa propôs uma redução de 20% na jornada e 12,5% nos salários. O sindicato foi contra, mas uma assembléia

dos trabalhadores da empresa aceitou a proposta patronal.

QUEM GANHA. Para reforçar a tese de que todos estão perdendo, o número de pedidos de falência cresceu de 2.204 em 1990 para 6.563 em 1991, em São Paulo. Os primeiros dados de balanços de bancos talvez forneçam alguma pista para saber quem está ganhando: nos primeiros nove meses de 1991, o Itaú acumulou um lucro líquido de Cr\$ 48,4 bilhões, indicando uma rentabilidade de 8,87%. "Além do sistema financeiro", esclarece Jefferson, "os segmentos exportadores, principalmente as grandes empresas oligopolizadas (que não têm concorrentes), costumam manter seus ganhos mesmo em períodos como o atual".

DENISE NEUMANN



MARINONI



Desmascarado pelo TCU, vencido na justiça rejeitado no congresso, o governo busca o acordo com o FMI e pune os trabalhadores do passado, do presente e do futuro.



EDU GARCIA / AGENCIA ESTADO

Dignidade e vergonha na cara: ainda sobra garra aos velhinhos para ficarem na vanguarda do país

A solução final: aposentadoria collorizada

Quando parece que esgotou seu repertório, o governo Collor sempre arruma um jeito de surpreender. Desta vez foi na novela da Previdência, com lances dignos do melhor melodrama em meio à tragédia dos aposentados.

PRÓLOGO. Oroteiro começa antes de Collor assumir, em plena Constituinte. Lá se decidiu que o salário mínimo não serviria mais de base para os reajustes de pensões previdenciárias cujo valor fosse superior ao próprio mínimo. Esta medida, contudo, só passaria a vigorar depois da regulamentação da Lei de Custeio e Benefícios - o que o governo deveria fazer até 24 de setembro de 1991.

Ocorre que o governo - leia-se, mais especificamente, o sau-

doso Magri - deixou passar a data e não regulamentou nada. Com isso, os aposentados cuja pensão era superior a um salário mínimo continuaram a ter direito aos reajustes do mínimo. Aqui começa a gracinha do governo: argumentou falta de recursos, e o INSS se recusou a pagar pelo seu próprio erro.

Os aposentados foram à justiça e, na maioria das vezes, tiveram seu direito reconhecido pelos juizes de várias instâncias e estados. O governo resistiu o quanto pode, até que optou por convocar o Congresso Nacional - então em pleno recesso - para apreciar um projeto que estabelecia o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária - das empresas, dos trabalhadores na ativa e, pasmem, dos aposentados.

O argumento do governo

era um só: falta de dinheiro. Falava-se que - caso os aposentados recebessem os 147,06% -, a Previdência arcaria com um déficit de Cr\$ 11 trilhões. Argumentava-se que isso forçaria o governo a emitir dinheiro novo, o que provocaria mais inflação, o que por sua vez colocaria em risco o acordo com o FMI - julgado essencial para a estabilidade do país. Diante dos que propunham realocar recursos previstos no orçamento federal para fins talvez menos nobres, o governo argumentava que isto seria ilegal (para entender as razões do governo, leia matéria na página 12).

CAEM E SOBEM MINISTROS. Num ano eleitoral e diante de um tema social de repercussões explosivas, os congressistas ensaiaram recusar o projeto que aumenta-

va as alíquotas. O governo não titubeou: trocou os ministros da Ação Social e do Trabalho/Previdência por dois ilustres deputados pefelistas - Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Reinhold Stephanes (PFL-PR). Enquanto isto, mostrando seu apreço pelas instituições e seu conceito todo próprio de soberania nacional, os técnicos do governo e o próprio ministro da Economia - tão elogiado por sua diplomática seriedade - garantiam ao FMI que o reajuste de 147,06% não seria pago - mesmo que contra a lei e contra os legisladores.

Recém-empossados os novos ministros, o governo emitiu um decreto que jogava para 1993 o pagamento dos 147,06%. O Decreto 430, "um ato institucional de calças curtas", como bem definiu o jurista Marcelo Cerqueira, tenta valer-se do "instrumento precatório" onde ele não cabe (invocando os artigos 100 e 167 da Constituição Federal) para o pagamento das decisões judiciais.

Quatro ações argüindo a inconstitucionalidade do Decreto deram entrada no STF, no dia da sua publicação - da OAB, do PSB e duas do PT. Na Câmara, oito partidos - PMDB, PT, PSDB, PDT, PSB, PCB, PCdoB e PTR - pediram à Comissão Representativa a anulação do decreto presidencial através de decreto legislativo.

A Comissão Representativa,

fora a convocação extraordinária, é quem tem poder no Congresso durante o recesso parlamentar. Nos estados, os juizes federais simplesmente ignoraram o decreto presidencial e mandaram pagar os 147% a pensionistas e aposentados, bloqueando as contas bancárias do INSS.

O estilo franciscano do governo, contudo, havia embevecido os parlamentares governistas - antes tão decididos contra o governo, agora tão dispostos a "negociar", "achar saídas" e, principalmente, apoiar a proposta de acordo feita pelo governo - cuja peça básica era o pagamento de 79% de reajuste aos aposentados.

REVELA-SE A FARSA. As coisas estavam nesse pé quando o Tribunal de Contas da União divulgou o relatório preliminar da investigação que, a pedido do PT, estava fazendo nas contas do INSS. Este relatório, produzido a partir de um fluxo de caixa consolidado, elaborado pela divisão de programação financeira do próprio INSS, revela algo que mesmo os mais ferrenhos opositores pareciam não suspeitar: **o governo estava mentindo o tempo todo.**

Segundo o TCU, se o governo pagar tudo o que deve aos aposentados, ainda assim teria

CONTINUA NA PÁG. 11



A hora do acerto de contas



1992 É O ANO SEGUINTE, o ano que veio depois do ano em que o socialismo acabou. Agora, é tocar a bola para a frente; **administrar** o capitalismo - nada mais. Primeiro problema a administrar: a ajuda à ex-URSS, a atual CEI - Comunidade dos Estados Independentes - que hoje está completando sua trajetória para ser capitalista e ameaça mergulhar na miséria e no caos. Quem se encarrega de coordenar essa administração? Os Estados Unidos, os heróis do Golfo, a maior - e, agora, única - superpotência, obviamente?

Aí começam os problemas. No último dia 22 de janeiro começou em Washington uma conferência convocada pelos EUA, com a presença de chanceleres de cerca de 50 países, para coordenar a ajuda à CEI. Os franceses e alemães protestaram: os franceses de forma aberta; e os alemães nos bastidores, mais acidamente.

Para a França, os EUA, pela gravidade de seus problemas econômicos internos, foram os que até agora menos ajudaram aos ex-soviéticos; como podem querer coordenar o que não sabem fazer? Os alemães - que junto com os japoneses e os árabes pagaram os 50 bilhões de dólares de despesas americanas na Guerra do Golfo - lembraram que a ajuda à CEI em 1992 tem uma diferença essencial em relação à batalha contra Saddam Hussein: daquela vez, os 500 mil soldados americanos foram essenciais; nesta, não há tiros a disparar.

MEIO AMBIENTE. Os alemães se apresentam em 1992 com uma disposição incomum. O segundo grande acontecimento a administrar para o capitalismo neste ano é o do meio ambiente - uma confe-

rência da ONU se reúne no Rio em junho para este fim. Helmut Kohl, o chanceler alemão, chegará ao Brasil com vários trunfos para disputar o título de líder nessa questão. Vem como coordenador do G-7, o clube dos países ricos. Esteve sete dias no Brasil, visitando a Amazônia em particular. E está pressionando os americanos para que aceitem limites às emissões de gás carbônico, acusados pelo efeito de aquecimento da temperatura da Terra. E, nesse ponto especificamente, os EUA vão decepcionar. Bush começa 1992 pedindo ao Congresso americano a suspensão, por noventa dias, do conjunto de leis adicionais criadas recentemente para forçar as indústrias a maiores controles ambientais. Pressionado pelo fato de a recessão americana ter chegado, neste início de ano, a 18 meses - tornando-se assim uma das mais longas depois da Grande Depressão dos anos 30 -, Bush quer tirar todas as cargas possíveis de cima das indústrias, para que elas voltem a funcionar.

Recentemente, no Japão, o presidente americano e o primeiro-ministro Miyazawa aprovaram um documento para ser passado às chancelarias dos países europeus, em particular à Alemanha, propondo políticas de retomada do crescimento da economia mundial. Os alemães estão com suas taxas de juros em 9,77% ao ano, o patamar mais alto desde 1931. Assustados com o aumento das despesas com a reunificação, elevaram suas taxas para prevenir um surto inflacionário e para atrair capitais de outras partes. É o oposto do que querem os americanos. Se os EUA - como fizeram recentemente pela sexta vez em poucos meses - reduzem suas taxas de juros para

estimular o crescimento, mas os alemães elevam as suas, os capitais, ao invés de fazerem funcionar a economia americana, fogem para o mercado dos alemães.

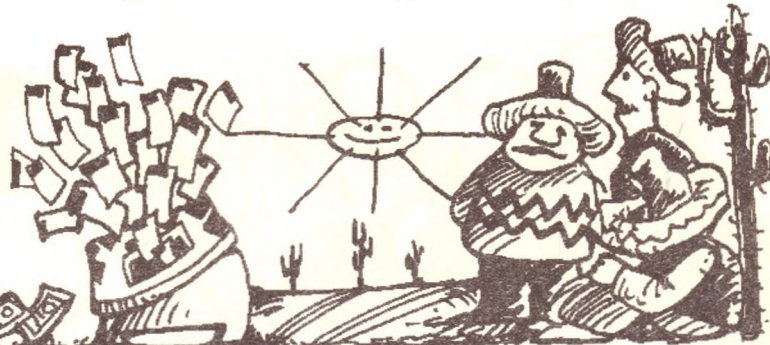
EXAUSTÃO. Com os japoneses, o desentendimento americano não é menor. O acordo feito com a indústria automobilística japonesa na viagem de Bush ao Japão prevê a importação de perto de 20 bilhões de dólares em autopeças e carros dos EUA até 1994. Mas o compromisso vai ser cumprido com a indústria automobilística japonesa importando de **suas fábricas** nos Estados Unidos - onde, no ano passado, a Honda bateu a Chrysler como terceira maior produtora no país.

Os três chefões das fábricas americanas - GM, Ford, Chrysler - que acompanharam Bush ao Japão consideraram a concessão japonesa irrisória, por essa razão. Já os chefões e editorialistas japoneses desencaram os chefões americanos por seus salários, cinco vezes superiores aos dos seus correspondentes no Japão. E o bate-boca chegou ao ponto de o presidente do parlamento japonês explicar a decadência americana pela preguiça e analfabetismo dos americanos, reforçando ódios nacionais latentes, que muitas pesquisas já revelaram.

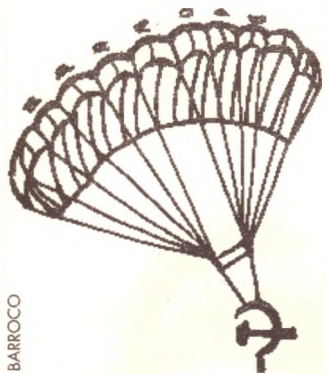
Em novembro há eleições nos Estados Unidos. Bush, o herói do ano que passou, começa 1992 em apuros. Os monumentais déficits acumulados pelo governo Reagan - mais de 2 trilhões de dólares em oito anos - levaram os EUA à exaustão. Fala-se num Plano Marshall para os EUA. Um ano depois da grande vitória, não se sabe se o vencedor chega ao Natal de pé.



1992
O ANO SEGUINTE



**DINHEIRO
AO BRASIL?**



O projeto de modernização conservadora da economia brasileira precisa, para se viabilizar, do apoio do capital externo. A direita apoiou a retomada do pagamento da dívida externa porque espera que, como ocorreu após 1964, os investidores estrangeiros sintam-se seguros para despejar seus dólares no Brasil.

Nos primeiros dias de janeiro, autoridades monetárias alardearam que em 1991 a entrada de capitais externos no país chegou a 11 bilhões de dólares, o que seria o primeiro sinal de sucesso do esforço de atração. É, porém, apenas uma meia verdade.

Primeiro porque o volume de entradas ainda é inferior ao de saídas de capital, via pagamento de juros e repatriações, por exemplo. Segundo, porque do dinheiro que entrou apenas 600 milhões de dólares referem-se a investimentos diretos, presumivelmente mais firmes. O restante deve-se principalmente a créditos de curto prazo para exportação e a empréstimos de um ano, captados por grandes empresas a juros duas vezes maiores que os pagos nos EUA.

A esperança dos conservadores é que o Brasil passe a disputar com o México, a Venezuela e a Argentina capitais que estão deixando os países imperialistas, onde as taxas de juros estão em queda rápida. No México, particularmente, a captação líquida (entradas menos remessas) atingiu 13 bilhões de dólares em 1991, atesta um recente relatório da Cepal. Graças ao resultado mexicano, o fluxo de capitais na América Latina registrou saldo positivo (+ US\$ 6,7 bi) no ano passado, pela primeira vez desde 1982.

O relatório da Cepal, que procura transpirar otimismo, acaba reconhecendo no entanto que surgiu um novo problema. A balança comercial dos países latino-americanos deteriorou-se sensivelmente, com estagnação das exportações e aumento expressivo das importações. O México é mais uma vez um caso exemplar. Em 1991 ele registrou déficit comercial de 12,6 bilhões de dólares, quase 10% de seu PIB.

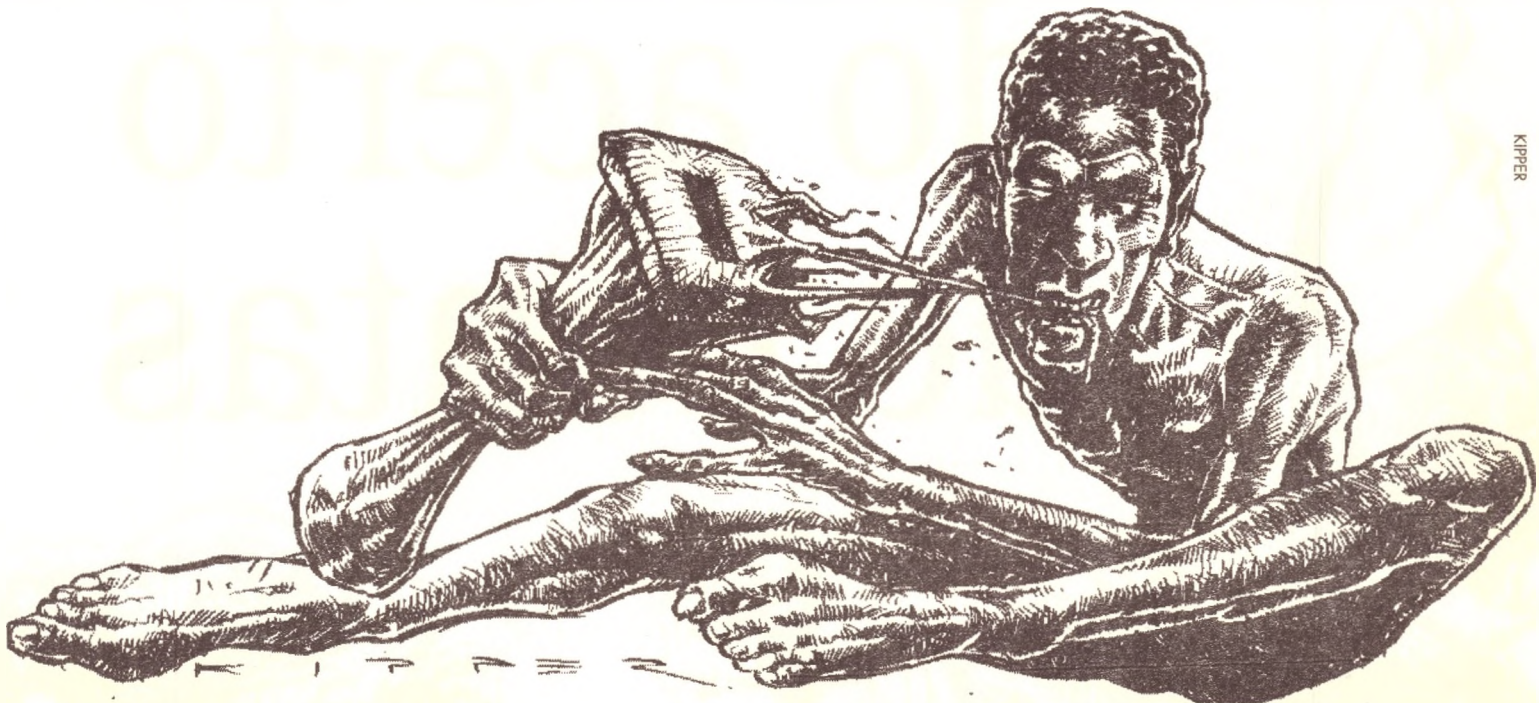
**PCB:
OU VAI OU RACHA.
PROVAVELMENTE
RACHA!**



BRASIL

As urnas e as bocas

Ah, se voto enchesse barriga e o 3 de outubro pudesse evitar mais um pacote!



No próximo dia 3 de outubro, em cerca de 5 mil cidades, 90 milhões de eleitores serão protagonistas do grande acontecimento político do ano. Em São Paulo, onde se travará o pleito, de maior repercussão, as coisas podem se passar assim: Luíza Erundina, a prefeita, começa o ano com 9,3 trilhões de cruzeiros, o maior orçamento da história da cidade; ao longo dos meses, graças à determinação de investir 50% dos recursos na área social, coloca mais dois mil ônibus em circulação, põe em operação mais 800 leitos de hospitais, pavimentação 500 quilômetros novos de ruas etc. A seguir, nas urnas, o candidato de seu partido, Eduardo Suplicy, ganha as eleições.

O problema deste cenário paulistano para 1992 não está na prefeita, nem em seu candidato - gente séria, determinada. O problema é o Brasil. O Brasil é um país sério? Tome-se a sua moeda, por exemplo: 9,3 trilhões! Uma grana! Mas, quem garante? Erundina não tem - ninguém tem, nas economias capitalistas - esse dinheiro parado e seguro nos cofres. E, aqui, com a inflação batendo na casa dos 25% ao mês - e correndo solta - o que são 9,3 trilhões em três, quatro meses? No que está transformado, por exemplo, o belo orçamento superavitário de Collor, que ele jurou cumprir em cartinhas para o FMI? Bastou uma decisão judicial mandando pagar os velhinhos com correção monetária e... adeus superávit, adeus equilíbrio.

SUFOCO. Quantas centenas de milhares de desempregados São Paulo agüenta a mais, sem que o espectro de abril de 1983 - saques, quebra-quebra, perigo insurrecional - se manifeste de novo? No caso de agravamento da crise - que mexe com a fome dos trabalhadores -, o problema das alianças políticas adquire uma

feição diferente, estratégica.

Ao longo de 1992 estas encruzilhadas se apresentarão também para os partidos e blocos da direita, é claro. Nas próximas semanas vai para o Congresso a nova Lei da Propriedade Industrial, que o bloco conservador quer aprovar rapidamente, de acordo com promessa já feita ao governo americano.

Vai também uma nova lei para o sistema financeiro, com o mesmo objetivo, de atrair capital estrangeiro. A certa altura do ano, o Congresso vai ter que se manifestar ainda sobre a quebra do monopólio estatal do petróleo, que o governo quer realizar. Em todas essas batalhas, em que estará em jogo o plano estratégico do governo, o leque de forças da direita tende a se ampliar. PMDB e PSDB viabilizaram a manobra governista essencial de permitir a compra das estatais com as "moedas podres", por exemplo - não se pode esquecer.

GRANA ALTA. Mas, se em 1992 a crise continuar se desenrolando como no banho-maria de 1991? As diferenças entre os diversos blocos de direita e do centro e mesmo dentro de cada um deles se acentua, possivelmente. E, nisso, as eleições deste ano desempenham papel importantíssimo. Quem, em condições normais, votará com Collor, que quer cassar os 147% de aumento

para os aposentados, tendo, logo em seguida, de subir a palanques e sair à cata de eleitores? A reforma ministerial de janeiro, feita nessas condições, não foi suficiente para levar a Collor, com segurança, nem mesmo o apoio de todo o PFL, que ganhou os dois novos ministros. Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, ficou pedindo mais.

Ele quer "a bola sete", como diz. Quer o Ministério da Saúde, onde Alcení Guerra - também Ministro da Criança - faz a ponte com Brizola, com os CIACs. A ganância de ACM é grande, porque o motivo é grande: já foram feitas concorrências, obras estão em andamento e o plano é fazer

5 CIACs por dia, pelo país afora. Nesse Brasil ainda pouco sério, em que crianças miseráveis são muitas e o conhecimento sobre os problemas educacionais é pouco, as belas estruturas de concreto dos CIACs, onde - na teoria - as crianças escaparão da desgraça, constituem um projeto eleitoral para ninguém botar defeito.

AVANÇOS. Prensada entre seus objetivos de longo prazo - de mudar a estrutura social do país - e seus objetivos eleitorais desse ano - em que seria bom acumular forças, ganhando novos postos administrativos -, a oposição popular vê 1992 com esperança. Estarão sendo articulados nomes para concorrer com chances razoáveis de sucesso num número de cidades muito maior que o das atuais administrações populares. Salvo umas poucas capitais, em quase todas as outras é possível que formações do campo democrático popular disputem em pé de igualdade com outros blocos.

O PT, a força com maior potencial de crescimento dentro da esquerda, em 1992 estará ampliando a política já ensaiada nas eleições estaduais em 1990, quando não saiu na cabeça de chapa em todos os lugares. Embora com disposição para lançar candidaturas próprias, o PT não descarta o apoio a nomes como Maria Socorro, do PCdoB, em Belém; Miguel Arraes, do PSB, ou Roberto Freire, ainda PCB, em Recife; Lídice da Mata, sem partido, em Salvador; ou mesmo Paulo Hartung, do PSDB, em Vitória. Se a esquerda tem fundadas esperanças neste ano - o "ano seguinte", o ano que veio depois que o socialismo desmoronou - é porque, mesmo sabendo que eleição não enche barriga, acredita ser possível transformar em luta a insatisfação povo, neste momento de crise continuada, onde a fome sempre tende a falar mais alto.

A POLÍTICA DE 1992

JANEIRO

Conferência de chefes de Estado da ASEAN, que reúne países do sudeste asiático, em Singapura. O governo da Malásia defendeu recentemente a formação de uma comunidade econômica com o Japão e sem os EUA.

MARÇO

Eleições gerais na Tailândia.

ABRIL

Eleições gerais na Romênia.

MAIO

Eleições gerais nas Filipinas.

JUNHO

Eleições gerais no Congo, as primeiras da História.

Eleições presidenciais na Checoslováquia, Áustria e Bahamas.

Conferência da ONU para desarmamento.

JULHO

Convenção nacional do Partido Democrata dos EUA, em Nova Iorque.

Encontro dos chefes de Estado do G-7, em Munique.

AGOSTO

Convenção nacional do Partido Republicano dos EUA, em Houston.

SETEMBRO

Encontro anual dos países não-alinhados, em Gana.

OUTUBRO

Eleições municipais no Brasil, 1º turno.

Encontro anual do FMI e Banco Mundial, em Washington.

NOVEMBRO

Eleições municipais no Brasil, 2º turno.

Encontro dos ministros do petróleo da OPEP, em Viena.

DEZEMBRO

Encontro dos chefes de Estado da CEE, em Edimburgo, para lançar o mercado único.



1992
O ANO SEGUINTE



AMBIENTE

A chance verde de Collor

O presidente sonha entrar num CIAC, dizer "Amazônia!", e sair líder primeiro-mundista



BRIGA DE BRANCOS

BARROCO



KIPPER

Um medo. Nos EUA circula a maior frota de veículos automotores do planeta, centenas de usinas termelétricas queimam boa parte do combustível fóssil extraído anualmente no mundo. O país é, assim, campeão das agressões à atmosfera, o maior emissor de gás carbônico, principal responsável entre as fontes artificiais (existem as naturais, também) pelo chamado efeito estufa, que contribui para a elevação da temperatura média da Terra. Os EUA resistem às pressões para que a Rio-92 tenha um mandato para impor limites nacionais para a quantidade de gás carbônico a ser lançada na atmosfera.

Uma incógnita. Não se conhece cientificamente como - e em função de que fatores - evolui a temperatura da Terra. É possível que em 1992 a temperatura média da Terra diminua, seguindo a tendência do ano passado, quando ela teria, segundo medições, caído dois graus nos trópicos e um grau no restante do globo, em função de cinzas jogadas na atmosfera por vulcões - o Pinatubo, o Hudson, o Etna - que criaram uma capa de poeira nas camadas mais altas da atmosfera e barram a entrada dos raios solares. "Não haverá sinais mensuráveis de aquecimento global nos próximos anos", diz Vernon Kousky, do Centro de Análises Climáticas dos EUA, citado pela *Veja*.

Uma cartinha. Talvez Collor precise escrever mais uma em 1992, cobrando os fantásticos 1,5 bilhão de dólares prometidos pelo G-7 para a Amazônia. Os dólares são verdes. A Amazônia também.

Mas o desencontro é total. Líderes para a Eco-92: Collor e Kohl. E Brizola, que a festa é no Rio. Eis o programa da eco-política. Não é coisa para índio, com certeza.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - mais popular como Rio-92 ou Eco-92 - está programada para ser o grande acontecimento internacional do ano. O presidente Collor, num mundo rico acometido de uma relativa histeria em relação à preservação das florestas tropicais, vê na grande conferência verde uma oportunidade para despontar como um líder de preocupações primeiro-mundistas, entre os bárbaros do Terceiro Mundo. Ele diretamente, o ministro da Justiça, e o governador Brizola vêm trabalhando juntos para conseguir recursos e, por exemplo, articular um esquema de segurança para os hóspedes estrangeiros à altura das imagens de violência do Rio divulgadas no exterior. (Ainda assim, a área de setenta mil metros quadrados onde os eventos centrais ocorrerão será guardada pelo esquema especial de segurança da ONU, que virá de Nova Iorque e Genebra).

Tudo será retransmitido para o mundo: investimentos de 250 milhões de dólares estão sendo feitos pela Telerj, pela Embratel e pelos Correios, com esse fim. E todos poderão ver também, ao vivo e a cores, a pretensa solução para outro problema nacional de grande repercussão no exterior - o da infância abandonada: Collor vai receber as delegações estrangeiras num CIAC feito sob encomenda. Os visitantes não terão as emoções de um encontro ao vivo com trombadinhas, é claro, mas assistirão a programas de ecologia, ciência e cultura.

PROGRAMA DE ÍNDIO. Mais atraente, no entanto, é o programa de índio. Se conseguirem o dinheiro - 400 mil dólares ainda em promessa - líderes indígenas e representantes de outros povos se concentrarão numa aldeia especial, a Kari-oca. O projeto,

dos caciques Aritana, Yawalapiti e Raoni, prevê a construção de duas ocas em estilo xinguano e uma em estilo xavante.

São mais de 200 atividades, uma verdadeira festa. Mas os convidados estão divididos a respeito da substância da comemoração.

PAÍSES RICOS X PAÍSES POBRES.

Em primeiro lugar, começando por baixo, há divergências entre as ONGs. ONGs são organizações não governamentais, nome onde se abrigam grupos diversos - por sua origem nacional, de classe, ou representatividade. Numa reunião realizada em Paris, em dezembro, com 150 dessas entidades, as do Norte - dos países ricos - e as do Sul - países pobres - de um modo geral se dividiram em relação a questões básicas. As do Norte preocupam-se, principalmente, com a defesa das florestas tropicais, dos oceanos, a biodiversidade. Também acatam a idéia de limitar a soberania nacional sobre questões ambientais: aceitam uma autoridade supranacional que monitore e controle o ambiente do mundo, evitando agressões contra santuários ecológicos - a Amazônia, por exemplo - cujos efeitos deletérios afetariam o planeta como um todo. As ONGs dos pobres, no entanto, não acham que uma força usada para contro-

lar, por exemplo, a brutal emissão de poluentes pelos automóveis e termelétricas dos países ricos...

Num documento intitulado "Agenda Sul", que obteve a assinatura de 61 ONGs dos países pobres em Paris, se diz claramente: "O melhor é que o meio ambiente dos países do Sul escape totalmente do controle do Norte. A idéia de um sistema ambiental planetário deve ser rejeitada, pois será necessariamente dominada pelos países ricos".

A principal preocupação desse bloco estará concentrada, portanto, nas questões da influência da dívida externa e do modelo de desenvolvimento so-

bre o meio ambiente. ONGs do Norte e do Sul, aliás, concordam no esforço para melhorar os termos do intercâmbio mundial das mercadorias a favor do Terceiro Mundo. Os ambientalistas pretendem que os pobres desacelerem suas exportações - em geral de matérias-primas naturais ou semi-elaboradas - e que os acordos internacionais de tarifas da ONU formulem políticas levando em conta o impacto ambiental que a baixa remuneração desses produtos naturais pode causar.

Restará convencer os donos do capital da justeza de propostas como esta... Quem não for muito ingênuo, não precisará esperar o fim do ano para saber o resultado.

O fórum de discussão das tarifas da ONU - o GATT (General Agreement on Trade and Tariffs) - está há dois anos buscando derrubar barreiras impostas pelos países ricos ao comércio de produtos agrícolas. E seguirá ano afora discutindo, com as barreiras de pé.

AGENDA DA ECO-92

FEVEREIRO

10 e 11 - Reunião dos presidentes dos oito países do Pacto Amazônico, em Manaus (AM).

MARÇO

2 e 3 - Reunião preparatória da ONU para a Rio-92, em Nova Iorque, EUA.

ABRIL

Reunião do Grupo dos 77 (países em desenvolvimento) na Malásia. Avalia o cenário diplomático e define uma estratégia para garantir acordos que não se voltem contra os países do Terceiro Mundo. Uma das possibilidades que pode vir a ser discutida caso a situação diplomática pareça desfavorável: boicote da conferência.

JUNHO

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Principais eventos:

5 e 7 - "Cúpula Parlamentar da Terra", promovido pelo Global Survival Fórum, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: encontro de 500 parlamentares, empresários e religiosos de todos os continentes. Em discussão a criação de uma Cruz Verde, nos moldes da Cruz Vermelha, para socorro em desastres ambientais.

2 a 11 - Agenda científica: o Grupo de Trabalho Nacional e a UNESCO promovem encontro entre especialistas mundiais para debater dez temas: biodiversidade, água, solo, atmosfera, educação ambiental, florestas, cidades, saúde ambiental, economia e ambiente, e sócio-diversidade.

2 a 12 - Feira internacional de tecnologia. Maior pavilhão previsto: o da Alemanha, com 10 mil metros quadrados.





OS TEMPOS E OS POETAS



BARROCO*

Muita gente já comparou a viagem de Colombo à conquista da Lua, tentando encontrar, em nosso tempo, algum parâmetro para ela. É provável que as mudanças que o mundo vive hoje sejam um parâmetro mais apropriado. Hoje, depois da derrubada dos muros atrás dos quais se tentou fazer as primeiras sociedades socialistas, assiste-se ao aperfeiçoamento da integração internacional iniciada há 500 anos.

O poder do dinheiro; os interesses comerciais e financeiros; a imperiosa necessidade política que os sistemas sociais e econômicos baseados na produção de mercadorias têm de expandir-se sobre territórios novos; os impérios que, no passado, exigiam a força aberta das armas para existir, mas que hoje sobrevivem através de mecanismos mais sutis e invisíveis - tudo é o mesmo e tudo é muito mais amplo e diferente.

Homero cantou a formação do mundo mediterrâneo. Camões cantou o Novo Mundo. Quem será o cantor desses nossos tempos? Qual meio, tradicional ou eletrônico, usará para registrar seu canto?

Um filme que chamará atenção, em 1992, para o choque cultural e a tragédia humana que provoca: "Brincando nos Campos do Senhor", de Hector Babenco, baseado no romance do inglês Peter Matthiessen (escrito em 1965 e, portanto, bem antes do atual interesse pela Amazônia e pelos povos da floresta). Ele narra o contato entre civilizados e indígenas, de diversos níveis: indígenas aculturados; militares latino-americanos violentos e corruptos (a exemplo de seus antepassados ibéricos); missionários católicos, por um lado; evangélicos, por outro; aventureiros norte-americanos (entre eles um mestiço sioux criado numa reserva indígena dos EUA).

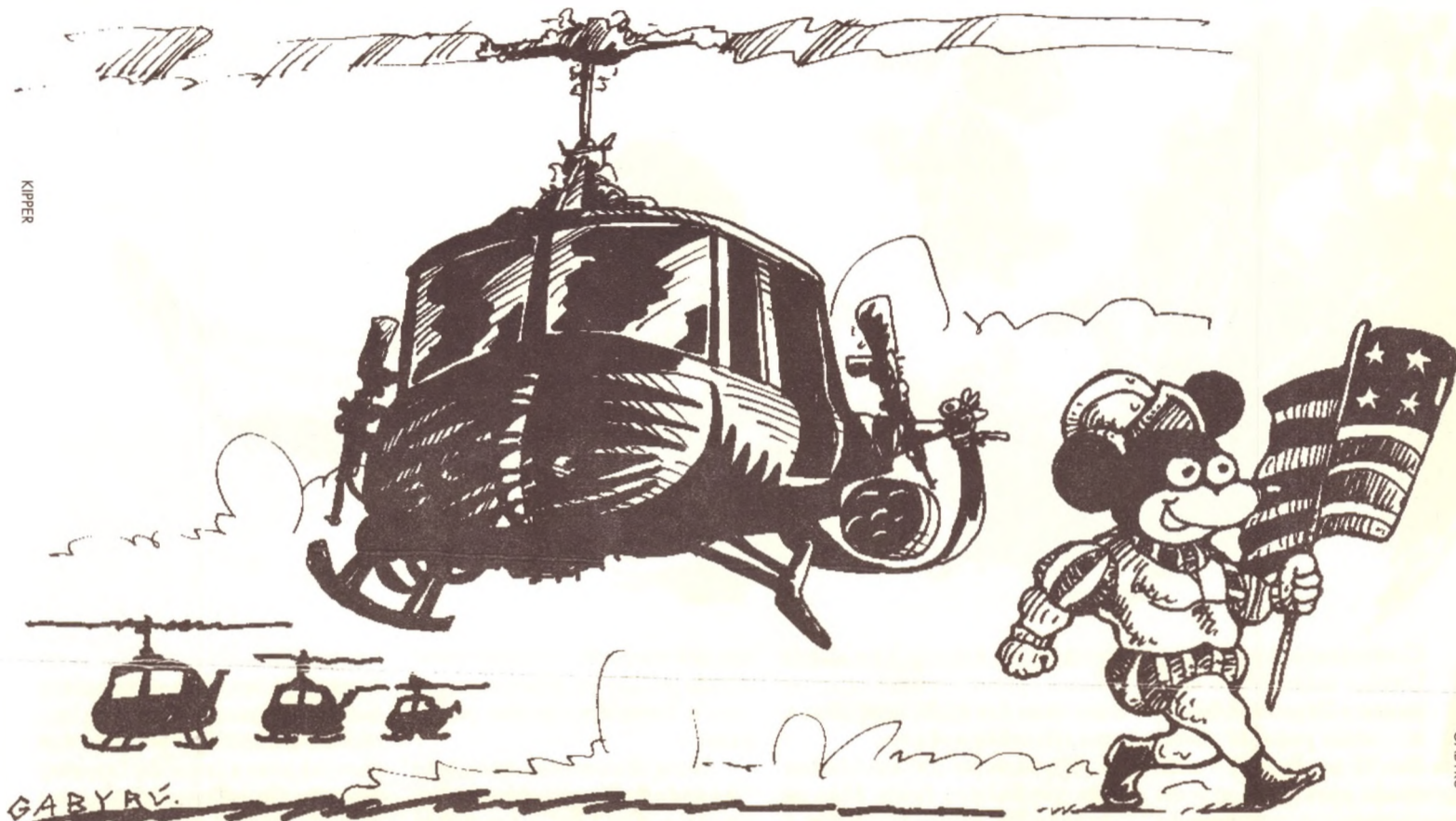
A obra de Babenco acaba sendo também uma lembrança dos acontecimentos - trágicos? heróicos? - ocorridos há 500 anos.



CULTURA

De Colombo à Disneylândia

Disfarçada de Mickey, a civilização ocidental e cristã volta à Europa 500 anos depois.



GABYRU.

Nas comemorações dos 500 anos da chegada de Colombo à América o mero exame da lista de eventos programados já revela a polêmica que se aproxima. Há eventos para todos os gostos. Para os conservadores, que vêem na saga dos descobridores a abertura das portas do mundo ao domínio europeu (que eles disfarçam sob o surrado argumento da "missão civilizatória"). Para os libertários, que identificam Colombo com Adolf Hitler ou com criminosos comuns e que, à segura distância de vários séculos, condenam com veemência a ação dos espanhóis. Para os militantes indígenas, que aproveitam o evento para protestar contra a secular situação de opressão e espoliação a que estão submetidos e para ressaltar a importância da cultura aqui desenvolvida, sua rica contribuição para o patrimônio comum da humanidade. Todos aqueles que querem compreender o mundo, o homem e a sociedade terão finalmente farto material de estudo nos eventos, filmes, livros etc., previstos para 1992.

À FORÇA. No mundo de Colombo não havia a noção de direitos dos homens ou direitos dos povos. Hoje, é possível falar em um mundo plural. Naquela época, essa idéia seria loucura ou heresia. A exposição "Circa 1492", da Galeria Nacional, em Washington, extasia seus visitantes ao demonstrar praticamente a pluralidade do mundo de quinhentos anos atrás. A Europa, naquela época, era uma região pobre e atrasada, se comparada a culturas como, por exemplo, a chinesa ou a árabe.

Mas foi a Europa *atrasada* que dominou o mundo, e acabou impondo sua cultura, sob a força das armas, de ardis e truques contra os povos, movida por uma fé fanática (fanatismo perante o qual os xiitas de nosso tempo são exemplos de tolerância e cordialidade) e por interesses comerciais que se confundiam com a pirataria e a rapinagem.

PAPEL DO DINHEIRO. Os chineses tinham uma metalinguagem mais desenvolvida, sua riqueza material parecia maior etc. Mas, em contrapartida, em sua economia, a produção mercantil e o uso do dinheiro ainda tinham papel limitado. O dinheiro e a necessidade de encontrar mercados para a produção e fontes de suprimento de matérias-primas e alimentos são os elementos essenciais na expansão europeia. Tiveram papel progressista que mesmo o fundador do comunismo, Karl Marx, reconhece. A audácia e a ambição desmedida dos conquistadores, que mataram dezenas de milhões de índios e escravizaram dezenas de milhões de africanos transportados à força para as plantações e minas

da América, lançaram as sementes do mundo moderno. Significativamente, 1992 lembra também o 5º centenário da expulsão de mouros e judeus da Espanha, decretada por reis católicos, Fernando e Isabel, a rainha espanhola que o papa João Paulo II pensa em beatificar. Mesmo sabendo-se que Khomeini não

está vivo, é certo esperar do mundo islâmico uma reação contra a beata protetora de Colombo.

NOVA FÉ. No ano de 1992 continuaremos assistindo a uma nova e mais ampla integração do mundo. Muita coisa da época de Colombo se mantém. A força militar continua fundamental, o poder do dinheiro é dominante, embora infinitamente maior e mais dissolvente. Os novos conquistadores não andam mais de mãos dadas com religiosos. Poderíamos compará-los aos grupos de rock, seus ídolos cercados por verdadeiras manifestações de histeria, que parecem constituir uma nova fé imposta a selvagens necessitados de civilização? Mas nesse ano de 1992 há uma diferença que pode ser notável. A civilização europeia que começou a dominar o mundo há cinco séculos era uma civilização cuja produção material ascendente, turbulenta, abria caminho entre culturas desprotegidas. E que tirou desse ímpeto as forças e a determinação para impor-se. O povo que em 1992 integra, uniformiza e pasteuriza o mundo é o americano. Este ano os americanos inaugurarão o Disney World Europa. Alguns críticos dizem que os americanos estão prestes a transformar a fechada e milenar cultura dos samurais japoneses também numa Disneylândia. Só que o impulso da produção material americana parece esgotado. Que se pode esperar dessa mudança de hoje nas regras da mudança que ocorreu há 500 anos? Este o debate do ano.

Especial 92: o ano seguinte foi feito por Antonio Martins, José Carlos Ruy, Raimundo Rodrigues Pereira, Rute Imanishi Pereira e Verônica Bercht.

O ANO DOS 500 ANOS

JANEIRO

Início do "Ano dos Povos Indígenas", a ser celebrado por atos de 200 Grupos Indígenas norte-americanos.

MARÇO

31 - 500º aniversário do decreto de expulsão dos judeus e mouros do território espanhol, por Fernando e Isabel. Congressos, concertos e colóquios em Israel e na Espanha.

ABRIL

19 - Nova Iorque: chegada da regata "Cristóvão Colombo", vinda de Gênova.

20 - Sevilha: Um grande evento sob o tema "A era dos descobrimentos" centraliza na Europa a comemoração do feito de Colombo. Mais de 100 países, as maiores orquestras do mundo, exposições de arte, leitura de textos, palestras etc.

20 - México: exposição "Sevilha Alternativa", promovida pelo Coordinating Body for the Indigenous People's Organizations of the Amazon Basin (COICA).

AGOSTO

São Paulo: a USP promove o congresso "América 92, raízes e trajetórias". Entre os eventos do congresso, a cantata "Cristóvão Colombo", composta por Carlos Nobre especialmente para a Expo-92, em Sevilha.

SETEMBRO

Rio de Janeiro: a Secretaria Estadual da Cultura promove o "Festival das Américas".

OUTUBRO

Estréia, nos EUA, do filme de Ridley Scott "Christopher Columbus", e de "Cristóvão Colombo, o descobrimento", filme de George Kosmatos.

11 - São Paulo: estréia da "Ópera dos 500 Anos", de Naum Alves de Souza e Chico Buarque de Hollanda.

12 - São Domingos: cerimônia no local onde Colombo desembarcou há 500 anos.

12 - Gênova: abertura da exposição "1492-1992: animais e plantas das Américas e da Europa".

12 - Sevilha: réplicas das caravelas Santa Maria, Pinta e Niña partem em direção à América.

12 - Nova Iorque: o Native American Council promove uma hora de silêncio para enfatizar os danos ambientais decorrentes da descoberta.



Inimigo dos trabalhadores na ativa, Collor leva miséria e morte aos aposentados: antes da crise, morriam em média 8 sócios da ASSAPREV do Rio por mês: hoje já são 30.

um superávit de Cr\$4,2 trilhões. Repetimos, **superávit de 4,2 trilhões**. Caso o governo não pague os aposentados, então o superávit será de 16,8 trilhões. Outras palavras, onde "faltava", na verdade, **sobra dinheiro**.

O governo bem que tentou desmentir os dados do TCU. O novo ministro da Previdência e do Trabalho chegou a dizer aos congressistas, no dia 23, que os números do TCU estavam errados - mesmo sabendo que são números do próprio governo.

No dia 23 de janeiro, o Congresso Nacional rejeitou o projeto governamental que previa o reajuste de alíquotas. Como fora este o pretexto para convocar o Congresso, tudo indica que o recesso parlamentar reiniciará. Além disso, o Congresso formou uma comissão composta por 17 parlamentares que devem, em 45 dias, apresentar propostas de reformulação global da previdência. Nesse meio tempo, porém, o deputado Lazaro Barbosa (PMDB-GO) deve apresentar um relatório preliminar sobre o decreto legislativo. Dificilmente este decreto sairá, já que é recurso excepcional e principalmente porque o presidente em exercício do STF, ministro Octávio Gallotti, não julgou a inconstitucionalidade do Decreto 430. Mas julgou inconstitucional um de seus itens - exatamente aquele que prometia punição para quem pagasse os reajustes, mesmo se determinados pelo Judiciário. Noutras palavras, para os aposentados, a guerra judicial continua.

JOGO DE CENA. O Governo ensaiou um golpe de "João sem braço" ao fazer do pagamento da diferença do reajuste de 147,06% a 2,5 milhões de aposentados e pensionistas um cavalo de batalha. Blefou ao tentar impor o aumento de alíquotas da contribuição social de trabalhadores, autônomos e empresas - percentuais de até 100%, no caso dos assalariados - e recriar a contribuição extraordinária do Congresso, para cobrir o suposto rombo de caixa da Previdência. Em cena, a prepotência e o autoritarismo trapalhão de sempre, numa armação para justificar a privatização da Previdência e, ao mesmo tempo, garantir o acordo com o FMI.

O Governo blefou ao convocar o Congresso extraordinariamente para votar um projeto cuja rejeição ele esperava e blefou com a edição do Decreto 430.

Na verdade, ao Governo interessa encenar a quebra da Previdência. A rejeição do projeto, era o mote que ele buscava para

anunciar a sua privatização. O projeto, da lavra do ex-ministro Magri, está prontinho, aguardando o momento oportuno para ser deslançado. Ele restringe o direito à seguridade social pública aos trabalhadores com renda de até cinco salários mínimos, deixando para o setor privado o restante.

Medidas nesse sentido teriam apoio de setores da oposição. O governador de São Paulo, Luis Antonio Fleury, já teria antecipado ao próprio presidente Collor, no último dia 16, que o PMDB rejeitará o aumento da arrecadação... mas que está "determinado a iniciar imediatamente a discussão para a reformulação global da Previdência", segundo relata o jornal O Globo. Só que não há no momento outra proposta de "reformulação global" a não ser a privatização.

Significativa, no mesmo sen-

tido, é a entrevista do deputado Delfim Netto, publicada pela Gazeta Mercantil. O ex-ministro da Fazenda vangloriava-se por terem a direita e a esquerda somado forças, no meio da semana, para derrotar um "ajuste tributário meia-sola". Dizia também que todo esforço para superar as dificuldades do INSS deveria ser feito através de corte de despesas, não de aumento de receitas. E considerava muito possível a aprovação, pelo Congresso, de um conjunto de medidas que restringisse a Previdência pública aos trabalhadores que ganham até 5 salários-mínimos, restando aos demais associarem-se a seguros privados de saúde e aposentadoria. "Está havendo um avanço fantástico", considerou Delfim. "O Congresso está executando a agenda que Collor lançou

sem levar a sério", concluiu.

Por outro lado, todo o furor em torno do assunto - até a bancada governista chiou - veio a calhar para as mudanças que de há muito Collor pretendia fazer nos ministérios do Trabalho e Previdência Social, e da Ação Social. Magri e Margarida Procópio já eram cartas fora do baralho há muito tempo. E de há muito o Governo carece de uma ponte segura no toma-lá-dá-cá com a maioria fisiológica do Congresso. A indicação de dois parlamentares do PFL para os ministérios foi um sinal claramente franciscano, uma semana depois de ter remetido o projeto de aumento das alíquotas ao Congresso com repercussão visceralmente negativa.

CREDIBILIDADE. Uma proposta embrionária, em discussão na

bancada do PT, para ser levada ao conjunto das oposições, prevê uma reformulação geral da Previdência Social que se contrapõe à privatização pretendida pelo Governo. A proposta em discussão no PT prevê a universalização da seguridade social (benefícios e pensões, e saúde) para todos os assalariados. A proposta define a previdência complementar a partir de um patamar mais elevado (ainda indefinido) do que os cinco mínimos fixados pelo Governo e um controle efetivo sobre os fundos sociais. O ponto de partida desta nova Previdência seria a alteração da gestão, que passaria a ser tripartite - trabalhadores, empresários e governo, com menor participação do governo.

Com a farsa em andamento, a mobilização dos aposentados prossegue em todo o país, deixando no ar uma pergunta: a aposentadoria precoce de Collor seria uma solução para o problema?

NILMÁRIO MIRANDA E SULMANITA STELAM
de Brasília

COLABORARAM: FLÁVIO AGUIAR E VALTER POMAR



HUGO SCOTTE

Depois do abandono oficial, a desilusão do calote

INSS, SIGLA DA MORTE

"Morrer faz parte da vida e falecimento é coisa normal. A culpa de fatos como esse é dos próprios aposentados, que querem ir todos ao mesmo tempo ver a cor do dinheiro. São velhos, doentes e estressados!" Foi o que disse, sorrindo, o superintendente estadual do INSS, Carlos Eduardo Seabra, culpando o aposentado Waldomiro Bonifácio de Oliveira, 77 anos, por sua própria morte depois de mais de seis horas na fila de uma agência do Banerj no subúrbio de Coelho Neto, zona oeste do Rio.

Seabra continua ocupando o mesmo cargo. Cinismos desse tipo são permitidos no órgão presidido por José Arnaldo Rossi, considerado pela deputada federal e radialista Cidinha Campos (PDT-RJ) um "ladrão", por estar "cumprindo muito bem o seu papel de confundir as coisas e ser o agente da privatização do INSS". Cidinha Campos enviou uma "notícia-crime" à Procuradoria Geral da República porque Rossi se negou a fornecer documentos relativos a despesas no valor de Cr\$ 15 bilhões que foram pagos para a realização de uma auditoria nas contas do Instituto.

Outros aposentados poderão ter a mesma "sorte" de Waldomiro, para que o governo mostre serviço ao FMI, o que não inclui o bem-estar do povo e de seus 12 milhões de aposentados, que, segundo Roberto Pires, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro (Asaprev), vivem em clima de intensa aflição.

número de óbitos entre os 20 mil associados da Asaprev. Antes do agravamento da crise, morriam em média 8 sócios por mês; hoje são 30. O Rio é uma pequena mostra do que ocorre no país.

A substituição de Rogério Magri pelo deputado Reinhold Stephanes (PFL-PR), ex-presidente do INPS no governo do general Geisel, não trouxe esperanças aos aposentados. "Mudam-se os nomes, mas a filosofia continua igual, a filosofia é idêntica", constata Pires, que defende a presença dos trabalhadores na administração da Previdência, o que jamais foi permitido na gestão de Magri. "Ele nos traiu", diz o presidente da Asaprev. "Reconhecemos que há problemas no setor, mas queremos contribuir. Temos muita gente entre nós que acumulou experiência ao longo da vida e está disposta a ajudar".

Desdobrando-se em contatos diretos com os aposentados e tentando apurar denúncias de irregularidades cometidas pelo INSS nos bancos e hospitais, Roberto Pires faz questão de assinalar que a luta dos aposentados não tem "coloração partidária" e considera "a nossa maior vitória" a compreensão do trabalhador da ativa. E nesse sentido a Asaprev vem trabalhando em conjunto com sindicatos ligados à CUT-RJ, como aconteceu na preparação do ato público realizado na Cinelândia, centro do Rio, lembrando a passagem dos 69 anos de fundação da Previdência no país.

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND,
do Rio



Incompetência, ilegalidade e mentira: por trás da novela dos 147%, um plano para ajeitar o PFL no governo e favorecer a privatização da Previdência.

ESQUIMÓS DA MODERNIDADE

Há alguns anos, um estudante do 2º grau levou uma questão ao professor de geografia. Ele tinha visto numa revista uma matéria sobre os esquimós, hoje vivendo em casas confortáveis, com aquecimento interno, TV e eletrodomésticos. Em outros tempos, os costumes eram outros, e não era só quanto ao iglu, que servia de moradia: a escassez de alimentos levava a comportamentos sociais considerados cruéis. Os velhos, por exemplo, quando se tornavam "improdutivos", incapazes de caçar e ajudar no sustento da comunidade, eram levados a um lugar distante e abandonados no gelo, para morrer rapidamente, seja por ataque de um urso ou pelo frio e fome. De qualquer forma, não resistiriam muito.

Os demais alunos ficaram tão horrorizados com isso quanto o colega que levou a questão ao debate. O professor, com vernizes de antropologia em sua formação, tentou explicar que isso era uma questão de sobrevivência para a própria comunidade, um costume de povos antigos e primitivos, que não devia ser visto sob a ótica de uma sociedade moderna etc. Não convenceu. Por mais que se admitissem os problemas de abastecimento dos esquimós, o costume foi considerado cruel, desumano, inadmissível. Coisa de "selvagens" mesmo.

Alguns desses alunos devem estar agora lembrando-se dos esquimós. E vendo que uma sociedade "moderna", sem problema de falta de comida mas com problema de interesses econômicos, pode ser até mais cruel que os esquimós. Não bem a sociedade, mas quem a governa, propondo até mais "modernidade" à sociedade e ao país.

Há dinheiro para pagar os "velhos" que já não podem produzir, mas que trabalharam muitos anos produzindo. Eles têm esse direito garantido por lei (lei escrita é coisa de sociedade "moderna") e deveriam chegar até o fim da vida gozando do chamado "ócio com dignidade", pois já fizeram o que podiam. Mas há um governo - que os alunos chamariam de cruel, desumano, "selvagem" - fazendo pior que o inadmissível para os esquimós (eles faziam isso por falta de condições, enquanto aqui é por vontade mesmo): abandonando os velhinhos à morte certa. Não tão rápida quanto a provocada pelo ataque de um urso ou a provocada pelo frio e fome juntos: é uma morte mais lenta, de fome crônica, de doenças que poderiam ser curadas e não são porque não há dinheiro para comprar remédios...

Ah, como o governo da modernidade é primitivo! Por que não jogar logo os velhinhos às feras, Collor & Cia?

MOUZAR BENEDITO



ORÇAMENTO FEDERAL

11 trilhões à deriva

Por conta da dívida externa, o governo prende os 147%.

O Ministério de Collor era e continua frágil diante do FMI. Mas os compromissos com o governo, esses, são intocáveis. Obrigado por decisões judiciais a pagar os 147% para os aposentados, Collor armou cadeia nacional para dizer que o reajuste era impagável. Quando o aumento das contribuições previdenciárias - saída apresentada pelo governo - tornou-se inviável no Congresso, o presidente substituiu Magri e Margarida, dizendo querer evitar um remanejamento de verbas no orçamento. Por que tal "imeixibilidade" na peça orçamentária, para ampliar conhecida expressão ex-ministerial?

"DESPESA EXTRA".

Diz o governo que o pagamento dos 147% acarreta despesa extra de 11 trilhões de cruzeiros em 1992, o que estimularia "o mais perverso dos impostos", a inflação, no dizer do Planalto. Mas o fato é que o governo esconde despesas incomparavelmente maiores, aquelas em proveito do grande capital. O volume total de despesas previstas no orçamento é de 500 trilhões de cruzeiros. Perto de 250 trilhões vão para a rolagem de dívidas e pagamentos de juros. Esse montante, de 50% do orçamento, representa dramático aumento em relação a 1991, quando o percentual dessas despesas foi de 20% em relação ao total.

Esse disparate está vinculado à execução do projeto liberal para a economia. Suas causas relacionam-se, em primeiro lugar, à retomada do pagamento da dívida externa, vista pelos conservadores como essencial para levar o país à modernidade. O acordo do governo para pagar os juros atrasados aos bancos, somados com os que se prepara para acertar com o Clube de Paris, fazem 10 bilhões de dólares a serem enviados ao exterior este ano.

Para cumprir essa meta, não basta obter um saldo comercial, porque esse pertence aos exportadores privados. Na década de 80 o Estado assumiu o ônus da dívida externa, feita essencialmente pelo setor privado. Como os dólares são gerados no país pelas exportações privadas, o governo precisa comprá-los, para o que constituiu um fundo em cruzeiros. E em números de hoje, a parcela dos gastos públicos destinada a cobrir os 10 bilhões de dólares é aproximadamente igual a 11 trilhões de cruzeiros.

JUROS ALTOS. Ao mesmo tempo, o programa de reformas neoliberais exige a redução das taxas de inflação. O governo comprometeu-se com o FMI a reduzi-la a 2% ao mês até dezembro. Isso é indispensável para tranquilizar investidores estrangeiros e recompor o apoio político a programas como a abertura da economia aos estrangeiros e privatização das estatais.

Entretanto, os liberais não gostam de choques econômicos. Qual a saída? A elevação da taxa de juros, o que é, no mínimo, uma crença interessada. As grandes empresas são, na maioria, credoras líquidas do Estado, e tendem a ga-

nhar com a alta dos juros. Ao longo da década de 80 esse foi o mecanismo que permitiu em média manter ou elevar os lucros dos monopólios, apesar da estagnação econômica e do empobrecimento dramático da população. Em 1992 as elites pretendem desviar parte expressiva da arrecadação do Estado para recolocar em funcionamento essa máquina sinistra de multiplicar desigualdade, e a prova disto se encontra, de novo, na carta de intenções do governo ao FMI. O governo comprometeu-se a promover um corte brutal nas despesas do Estado com salários, investimentos e custeio. O objetivo é

gerar um saldo, chamado de **superávit primário** no orçamento, equivalente a 3% do PIB. Portanto, ainda excluído o pagamento de juros, a arrecadação de impostos deverá ser significativamente superior às despesas da máquina estatal.

CORTE NO SOCIAL.

Após o pagamento dos juros, informa a carta, o superávit primário irá se transformar num déficit real equivalente a 2,6% do PIB. Mas esse déficit o FMI aceita, porque para a sua receita juros altos são a solução para o país. Portanto, apenas com transferências de renda ao grande capital o governo vai gastar 5,6% do PIB, mais de 20 trilhões de cruzeiros, ou seja, quase o dobro do que

deve, com os 147%, aos aposentados.

Não existe redução dos gastos do Estado. Existe uma elevação dos gastos com o pagamento de juros e uma redução brutal das despesas sociais, que deve vitimar não só os que dependem da Previdência. O Secretário do Tesouro Nacional, Pedro Parente, anunciou em setembro do ano passado, ao chegar ao Congresso a proposta orçamentária para 1992, que o projeto previa um corte em média de 25% nos gastos com programas sociais. O documento estabelecia ainda redução de 20,8% nas despesas com o funcionalismo, e uma diminuição de 14,8% nos repasses à Previdência Social, enquanto os investimentos das estatais teriam de ficar 37,8% abaixo do limite fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por estudar pouco estes dados, a oposição popular perdeu uma oportunidade de ouro para denunciar a política de concentração de renda embutida na proposta do Executivo, quando de sua votação no Congresso. Oportunidade semelhante perdeu-se quando dos debates sobre a concessão dos 147% aos aposentados. Esse desconhecimento tem levado a consequências trágicas. No fim de 1991, expressivo número de parlamentares de esquerda votou a favor, e contribuiu para aprovar emenda ao orçamento, sustentada por deputados como José Serra, César Maia e Delfim Netto, que propunha reduzir o percentual máximo dos gastos da União com os salários do funcionalismo.

ANTONIO MARTINS

PLANALTO MARINHO

No fundo, o Palácio do Planalto. Com aquele seu sorriso marinho, Alexandre Garcia olha para a câmara, ergue o punho no cerrado, e declara: "Velhinhos do mundo, uni-vos! Carcará..." etcétera. Ficção científica? Talvez, mas não muito distante da realidade desde que, imersa na mais recente ciranda da política nacional, internacional, se levarmos em conta o *dedão* do FMI, a Globo passou algum tempo sem saber direito a quem agradar primeiro. Escolheu como alvo, além de seu eterno preferido Leonel Brizola, agora em briga com ACM, Alcení "pedalada" Guerra, o afinal mexível Antonio Magri, e a questão dos aposentados. Há uma vantagem nisso tudo, pois não é mais necessário abusar do sal de fruta: a volta no estômago vem naturalmente, depois do jantar, ao se ver o Marinho's clã, Garcia à frente, Planalto ao fundo, erigir-se em campeão da moralidade pública diante de um governo que ele mesmo ajudou a fabricar, maquiagem, mascarar e dourar. Depois disso, qualquer eructação é mera co-incidência.

Vivemos decididamente tempos novos. Não é que a mixaria que os aposentados ganham entrou na pauta de preocupações do FMI, e é matéria de acordo e desacordo? Num momento em que o movimento estudantil está ausente das ruas, em que o movimento sindical executou recuos estratégicos dignos de Napoleão na Rússia, o governo se vê acuado - e no desespero - pelo movimento da terceira idade, que hoje levanta a bandeira do futuro neste país! A CUT deveria fazer um cartaz com um velhinho que aponta para o leitor (como aquele do tio Sam) e dizer: "eu sou você amanhã".

Como em rio de piranha jacaré anda de jet-ski, a Globo, eterno moinho dos ventos atenta às oportunidades da história, deve ter escolhido o mais seguro para por-se a cavalo. Afinal, mais vale um ibope de novela na mão do que um governo voando, e assim, enquanto governo e FMI fazem as contas com base nas mixarias que você ganha, ou acabará ganhando, dá-lhe defesa dos nossos aposentados nas paisagens marinhas do nosso planalto.

FLÁVIO AGUIAR

URGENTE

PEFELÊ ATACA NO AMAPÁ

O vereador Pery Arquilau (PT), de Macapá, foi sequestrado, juntamente com o também vereador Luís Banha (PDT), espancado e baleado com três tiros, na madrugada de 23 de janeiro. Pery encabeçava várias denúncias contra a corrupção no estado, envolvendo o governador Aníbal Barcelos (PFL) e seu tio Sérgio Barcelos. Por isso, vinha sendo ameaçado e seguido.

Os sequestradores, três rapazes, disseram que só queriam o Pery, soltaram Luís Banha e levaram o vereador petista até uma estrada, onde ocorreu o espancamento e os tiros que, no escuro, acabaram atingindo regiões não fatais do corpo de Pery Arquilau. Quando voltaram para a cidade, o veículo capotou, um dos rapazes fugiu e os outros dois permaneceram no local, onde foram encontrados pela polícia. Um deles contou na hora que tinham sido contratados por Sérgio Barcelos, filho do governador.

Livres, esperam justiça

Eles foram presos sem nenhuma prova, em agosto de 1990. Vão esperar o julgamento em liberdade.



Da esq. para a dir., Augusto, Gawasky, Otávio e Idone, junto a um companheiro.

Depois de amargar 17 meses no Presídio Central de Porto Alegre, os quatro colonos sem-terra acusados da morte do PM Valdeci de Abreu Lopes conquistaram um direito concedido aos acusados com bons antecedentes: aguardar em liberdade seus julgamentos. A morte do PM ocorreu no dia em que um grupo de colonos iniciou uma manifestação na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. O ataque da Brigada Militar aos agricultores transformou o centro da capital gaúcha em um cenário de guerra civil.

Tiros, bombas, cachorros, cargas de cavalariáos armados com espadas foram usados, provocando pânico nos colonos, muitos acompanhados de mulheres e filhos. Em um incidente até hoje não suficientemente esclarecido, uma colona foi ferida a tiro na barriga e o PM Valdeci morreu por causa de um golpe de foice.

Três dos "Quatro de Porto Alegre" falaram com exclusividade a José L. Lima, para o Brasil Agora.

Como vocês receberam as acusações?

Otávio - Foi uma surpresa muito grande. No dia seguinte de manhã, quando fizeram o reconhecimento, eu fui apontado, mas me mantive tranqüilo. Tinha certeza da minha inocência. Eu estava no pronto-socorro na hora do incidente. Os médicos confirmaram isso.

Gowaski - Tem uma fotografia que mostra minha prisão na frente do Palácio Piratini, minutos antes do incidente. Eu fiquei ferido no braço e também me levaram para o pronto-socorro.

Bento - Não vi nada do que ocorreu. Só fiquei sabendo dentro da Prefeitura. A Brigada Militar sitiou o prédio e o comandante gritava que queria a vingança do companheiro morto. Queriam in-

vadir. Se não fosse o povo ficar do nosso lado e impedir a invasão, teria ocorrido um dos maiores massacres da história de Porto Alegre.

Como foi o dia-a-dia no Presídio?

Otávio - É sempre muito tenso. O pessoal lá tem o moral baixo, e fim de ano piora. Há superlotação da cadeia. Foi muito triste esse um ano e cinco meses, o nosso sofrimento e também o das nossas famílias. Só deixamos amizades lá dentro, porque eles admiram nossa luta, porque todo aquele pessoal é vítima dessa sociedade.

Bento - Os cinco primeiros dias foram os mais difíceis, de castigo no "jumbo", uma cela com mais 17 presos, pior do que estrebaria. Comida e água jogadas no chão. Não tinha onde dormir. Foram os cinco dias mais difíceis de minha vida.

Havia ainda alguma esperança de sair antes do julgamento?

Otávio - Eu não tinha mais esperança. Tenho confiança na Justiça, que ela será feita no júri, porque até agora ela não existiu.

Gowaski - Minha única esperança era sair no júri. Não fomos nós, sabemos que tudo foi montado pela Brigada Militar.

Bento - Quando entramos no Central não nos considerávamos presos políticos. Acreditávamos que a Justiça em breve nos libertaria para aguardar o júri em liberdade. Mas quando negaram o quarto pedido de habeas corpus nós começamos a perceber que havia um jogo político dos grandes, que são contra nós, principalmente da própria Justiça. O Dr. Guimarães, que fez todo o processo, ajudou a Brigada Militar a montar esse processo. Queriam condenar alguém e não importava quem. Aí já era uma coisa política e não só pela morte do soldado. Percebemos

que éramos presos políticos, pois não havia nenhuma razão para nos manter na prisão.

E qual seria a intenção por trás do processo?

Bento - Eles queriam começar a acabar com o Movimento dos Sem-Terra.

Passados estes episódios, vocês ainda acreditam na Justiça?

Otávio - Eu achava que o Judiciário do Rio Grande do Sul era mais competente. Hoje nós somos vítimas dele. A superlotação dos presídios gaúchos é de responsabilidade do Judiciário. Encontramos lá dentro pessoas condenadas a regime aberto, suspeito de homicídio com dois anos e meio de cadeia! O Judiciário é muito falho hoje, mas, se ainda existe justiça, nós seremos absolvidos pelo júri.

Quando Alceu Collares assumiu como Governador, vocês tiveram alguma esperança de serem libertados?

Otávio - Eu até achei que ia mudar, porque já nos considerávamos presos políticos. Recebemos apoio de vários países, gente escrevendo cartas pedindo nossa libertação. E ele sempre dizendo que era um problema judicial.

A reforma agrária tem futuro no Brasil?

Otávio - Só com muita luta e união. Quando os trabalhadores do campo e da cidade se unirem para lutar por ela. Só com a conscientização do povo vamos ter reforma agrária.

Bento - Estou com 40 anos e desde criança ouço falar em reforma agrária. Lá por 1960, 1962, o Leonel Brizola, quando foi Governador do Rio Grande do Sul, desapropriou duas fazendas. Mas ficou nisso. E a reforma agrária não sai do papel. O MST surgiu há 10 ou 11 anos, quando

"OS QUATRO DE PORTO ALEGRE"

○ **OTÁVIO AMARAL** - Acusado de ser o autor do golpe. 28 anos, casado, uma filha de 7 anos. Pai também agricultor, perdeu terras por causa da Barragem de Passo Real. É o mais novo dos quatro filhos. Ingressou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1988. Acampado na Fazenda Boa Vista, do INCRA.

○ **AUGUSTO MOREIRA** - 38 anos. Casado, seis filhos, o mais moço com 3 anos, o mais velho com 14. Segundo de seis irmãos. Também ingressou no MST em 1988 e estava acampado na Fazenda Boa Vista, do INCRA.

○ **JOSÉ CARLOS GOWASKI** - 22 anos, solteiro. Segundo de oito irmãos de uma família que sempre trabalhou na terra como arrendatária. Ingressou no MST em 1988, acampado na Boa Vista, do INCRA. Dez dias antes de sua libertação, foi sorteado para um lote de terra em Eldorado do Sul junto com outras 79 famílias.

○ **IDONE BENTO** - 40 anos. Terceiro de nove filhos. Casado, dois filhos, um de 12 e outro de 9 anos. Três anos de acampado. Foi sorteado para assentamento em Capela de Santana com 14 outras famílias.

o povo sem-terra começou a se organizar. Queremos um plano de reforma agrária, mas não lutamos só pela terra. Lutamos por moradia, saúde, educação. Mas não esperamos nada disso do presidente Fernando Collor.

E agora, vocês dois que já ganharam terra, o que pretendem fazer?

Gowaski - Nós vamos criar uma cooperativa. Comprar implementos. Plantar arroz e milho, que é o que dá naquela terra.

Bento - Na nossa terra, em Capela de Santana, vamos plantar uma grande variedade de vegetais. Nesses quatro anos de acampamento discutimos as formas de trabalhar a terra e também vamos criar uma cooperativa. É uma área de 190 hectares para 15 famílias.

Otávio - Eu não fui sorteado ainda. Vamos seguir lutando, mas devagar, porque até resolver o nosso caso eles vão tentar montar qualquer coisa contra nós para voltar a nos prender.



BARROCO

VIOÊNCIA NA BAHIA

Entre 1980 e 1990, foram assassinados 140 lavradores na Bahia. O estado da Bahia foi o campeão em número de conflitos pela posse da terra em 1990: foram 62 ao todo. Incluindo os 6 conflitos ocorridos em Sergipe, eles envolveram 16.465 famílias, que tentavam conseguir 568.237 hectares de terra. Foram assassinados 13 lavradores. Em 1991, mais 9 trabalhadores foram liquidados em 55 conflitos.

Raramente algum juiz decide a favor dos trabalhadores e posseiros, e mais raramente ainda uma decisão dessas é cumprida. O grileiro Carlos Bonfim, por exemplo, nega-se a cumprir liminar de manutenção de posse da Fazenda Rio das Rãs, expedida pelo juiz de Bom Jesus da Lapa, em favor de 300 famílias de posseiros. Prefeito, vereadores e polícia aliam-se ao grileiro. Até o oficial de justiça encarregado de fazer valer a liminar virou contra os posseiros. Nos dias 6 e 7 de janeiro foi feita uma grande manifestação em Bom Jesus da Lapa, com a presença do deputado federal Alcides Modesto (PT-BA), e do estadual Geraldo Simões, em apoio ao juiz. Mas a liminar ainda não foi cumprida.

A CPI da violência e impunidade no campo, instalada em 1990 e presidida pelo deputado Geraldo Simões (líder do PT na Assembleia Legislativa da Bahia), constatou também a existência no estado da prática do escravismo, como ocorre na Usina Aliança, localizada no município de Terra Nova. O escravismo está se expandindo no Recôncavo Baiano, especialmente nas usinas de açúcar.

Entre as propostas da CPI inclui-se a revisão de processos de doação, concessão e alienação de terras públicas. A prioridade dos governos federal e estadual, segundo Simões, tem sido a titulação de terras, em detrimento das desapropriações por interesse social.



CEUS



BÓRIS, UMA VERGONHA

O descontrole de preços, consequência da eliminação dos subsídios estatais na ex-URSS, começa a apresentar um balanço negativo. Nas regiões mais pobres, como as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, as autoridades ressuscitaram parcialmente os subsídios, para evitar explosões de descontentamento.

No Uzbequistão, o governo anunciou o aumento das bolsas concedidas aos estudantes, que hoje são de 170 rublos (cerca de 1,7 mil cruzeiros) mensais. A decisão foi tomada depois de uma onda de protestos estudantis, com saldo de 6 mortos.

Enquanto isso, no Tadjiquistão, o Partido Socialista (o novo nome que o ex-PC assumira) resolveu virar-casaca outra vez, passando a chamar-se Partido Comunista. Os espertos ex-comunistas, atuais socialistas e futuros comunistas do Tadjiquistão tomaram de novo o velho nome diante do crescimento das críticas às autoridades russas, em especial a Ieltsin, que se identifica com o anticomunismo.

O Tadjiquistão, aliás, segundo o jornal italiano "La Stampa", acaba de vender clandestinamente ao Irã três ogivas nucleares, pela ninharia de US\$ 150 milhões.

E falando em liberalização dos preços, o homem-chave do processo, Bóris Ieltsin, está amargando uma queda vertical em sua popularidade. Durante o golpe de Estado de agosto contra Mikhail Gorbachev, 90% dos russos apoiavam Ieltsin. Esse ânimo diminuiu conforme aumentavam os preços, e hoje Ieltsin tem a aprovação de apenas 27% de seus compatriotas.

Para completar os problemas de Bóris, ele ainda não conseguiu um acordo para eliminar as armas nucleares instaladas fora da Rússia, no Cazaquistão, Ucrânia e Bielorrússia. É uma vergonha!

J.B.

GOLPE DE ESTADO CANCELA ELEIÇÕES NA ARGÉLIA, EM NOME DA DEMOCRACIA?!



ARGÉLIA

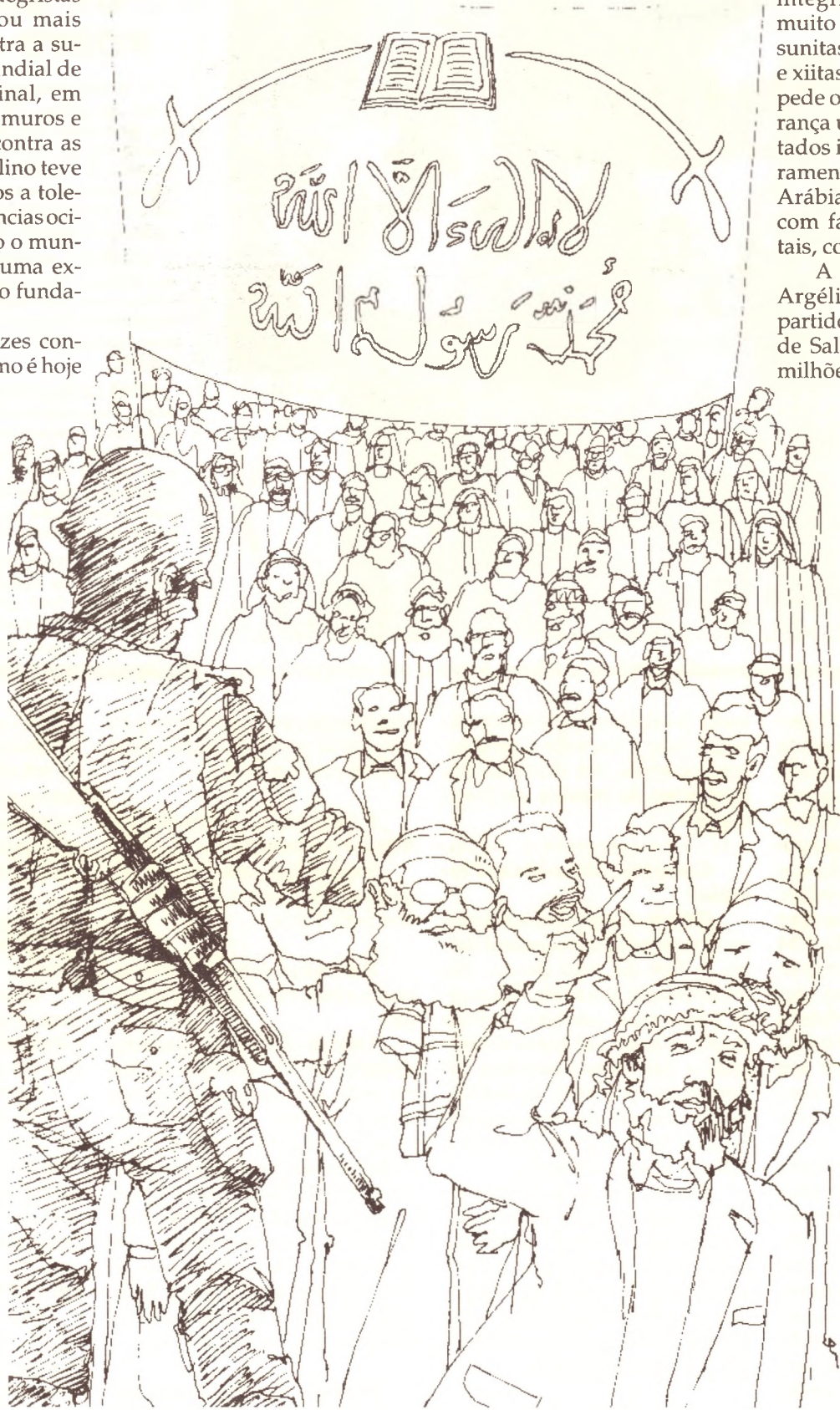
Um golpe bem protegido

Medo do integrismo islâmico faz Ocidente e mundo árabe se unirem no silêncio

O golpe militar na Argélia, que impediu a chegada ao poder dos integristas islâmicos, atirou mais uma pedra contra a suposta Nova Ordem Mundial de paz e democracia. Afinal, em plena era de queda de muros e discursos inflamados contra as ditaduras, o golpe argelino teve o apoio - ou pelo menos a tolerância - de todas as potências ocidentais e de quase todo o mundo árabe que temiam uma expansão internacional do fundamentalismo islâmico.

Esse medo tem raízes concretas, já que o integrismo é hoje a corrente de opinião que mais cresce no mundo Árabe e Norte da África, e penetra rapidamente nas seis ex-repúblicas soviéticas de população islâmica. A base social do integrismo são os desempregados e trabalhadores sem especialização, aos olhos de quem o tradicionalismo religioso militante aparece como um "guardião da cultura e do povo", contra governos empenhados em planos de ajuste, sob a orientação do FMI. Os fundamentalistas já são a maior força de oposição no Egito, Jordânia, Tunísia e Marrocos.

Entre os governos ocidentais, o medo cresce com os rumores de que a Líbia, a Argélia e principalmente o Irã estariam bem próximos de obter a "bomba atômica islâmica". O jornal egípcio Al Wattan-al Arabi chegou a dizer que o Irã fez um acordo com o Paquistão (uma potência nuclear), para a produção em breve de sua própria bomba atômica.



WALTER ONO

RACHA. Mas apesar do fortalecimento político e militar, o integrismo islâmico continua muito dividido. O racha entre sunitas (90% dos muçulmanos) e xiitas (majoritários no Irã) impede o surgimento de uma liderança unitária. Em meio aos Estados islâmicos, há regimes claramente pró-EUA (Paquistão e Arábia Saudita), contrastando com facções ultra-anti-ocidentais, como a Hamas palestina.

A divisão atinge a própria Argélia. Embora seja o maior partido do país, a Frente Islâmica de Salvação obteve apenas 3,2 milhões de votos, em 13 milhões de eleitores. Após a vitória integrista no primeiro turno, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas em protesto contra a promessa da Frente, de instalar uma república islâmica onde, entre outras medidas as mulheres seriam eliminadas do mercado de trabalho.

É nesse medo do fantasma da "internacional islâmica" e na própria divisão da sociedade argelina que os militares apostam para o sucesso de sua quartelada. Eles acreditam que as potências ocidentais e boa parte dos argelinos já consideram o golpe um "mal menor". A certeza de vitória dos golpistas é tão grande que eles não se contentaram em afastar do poder a Frente Islâmica, e também mandaram para o chuveiro a Frente de Libertação Nacional (no poder desde 1962), além de restringir as atividades da Frente das Forças Socialistas (social-democrata).

JAYME BRENER

GEÓRGIA

Sem mocinhos nem bandidos

A guerra na terra de Stálin não tem previsão de final. Nem um lado a apoiar.

Para quem se acostumou a ver a política como um filme de banguê-banguê, com mocinhos e bandidos, o caso da ex-república soviética da Geórgia é difícil de ser entendido. Isso porque, até há poucas semanas, a Geórgia era governada por um veterano lutador contra o stalinismo, Zviad Gamsakhurdia, eleito com 87% dos votos, mas que ao chegar ao poder parece ter tomado gosto pelos cacoetes do ex-ditador Josef Stálin, aliás um georgiano. E Gamsakhurdia foi deposto por dissidentes que, em nome da "democracia", mataram a san-

gue frio vários simpatizantes do ex-presidente.

No poder, Gamsakhurdia esqueceu as forças sociais que o levaram à vitória e governou sozinho. Pouco a pouco foi desenvolvendo um programa ultranacionalista, a ponto de propor que só tivesse direito à cidadania georgiana quem pudesse provar que sua família vive na região e fala o idioma desde o início do século XIX. Por essas e por outras, Gamsakhurdia era conhecido como o "Mussolini do Cáucaso".

A oposição ao governo cresceu após o fracassado golpe con-

tra Mikhail Gorbachev, em agosto, que selou o fim do poder central. Os dissidentes, não por acaso liderados por antigos comandantes militares de Gamsakhurdia, usaram e abusaram do terror para atingir o poder, fuzilando à queima roupa diversos manifestantes pró-governo.

LENHA NA FOGUEIRA. Gamsakhurdia fugiu rumo à Armênia em janeiro, mas voltou dias depois, pondo mais lenha nessa guerra civil sem mocinhos nem bandidos. Uma guerra que não oferece qualquer perspectiva de fim a curto prazo, mesmo por-

que, além de se engalfinharem entre si, as facções georgianas de Gamsakhurdia e do atual governo de Tengiz Kitovani têm pela frente a perspectiva de um novo conflito. Aproveitando a crise no governo da Geórgia, as minorias da Ossétia do Sul (cristãos ortodoxos), dos adjares e dos abkhazes (muçulmanos) já avisaram que desejam a autonomia, rumo à independência. Coisa que nem Gamsakhurdia nem seu desafeto Kitovani estão dispostos a aceitar.

J.B.

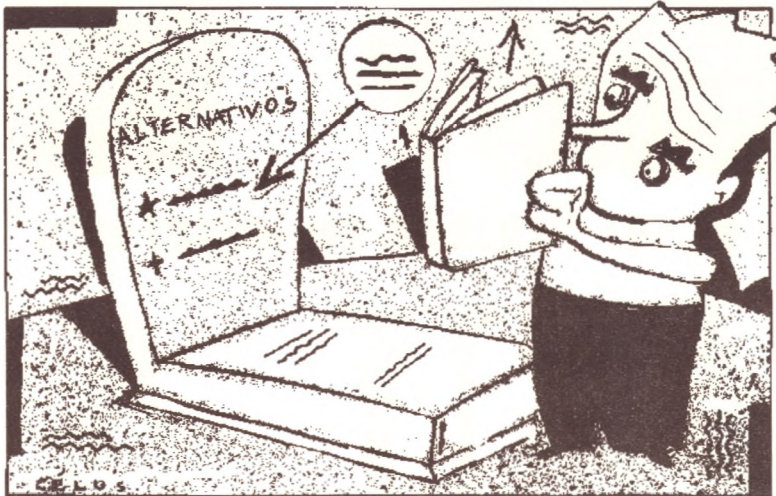
A morte dos nanicos

Ex-editor de Opinião e Movimento acha livro de Kucinski "falso como uma nota de três cruzeiros"

Existe uma praga nova no Brasil. Ela atinge especialmente ex-comunistas, que começam atacando Stálin, depois renegam Lênin, Marx, tornam-se, a seguir, hegelianos de esquerda e, em seguida, avançam celeremente em direção à direita de Pitágoras. O sintoma mais grave desse mal é quando o cidadão passa a ver no PT o partido conservador moderno que acabará, definitivamente, com o perigo da Revolução. É esse o caso do nosso novo doutor pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Bernardo Kucinski, com sua tese e livro "Jornalistas e Revolucionários".

O livro pretende ser uma história da "imprensa alternativa" nos anos 70. Por que ela desapareceu? - é a grande indagação de Kucinski. Responde ele na conclusão de sua apresentação e síntese da obra: "O que ocorreu foi, antes de tudo, uma implosão do paradigma leninista operada pelo surgimento inesperado (...) do Partido dos Trabalhadores (...). Com o PT foram implodindo um após o outro todos os partidos e agrupamentos leninistas, em especial o PCdoB, no que também implodiram jornais alternativos apoiados na sua militância". E, ao longo do livro, ele vai endeusar todos os "jornalistas", os que se afastam dessa linhagem leninista, e tentar caracterizar como retrógrados, conspirativos, desleais, os principais "revolucionários", os que dirigiram as experiências de Opinião e Movimento, particularmente. A nossa sorte é que: 1) a história do PT não é o que pretende Kucinski; 2) o livro é falso como uma nota de três cruzeiros.

O conservadorismo de Kucinski tenta se esconder sob o



volume das citações: 70 entrevistas; 150 obras referidas; 900 notas de rodapé! Mas pelo menos alguns depoimentos - e os básicos para histórias centrais que o livro conta - são manipulações grosseiras (1).

Neste artigo pretendo tratar, no entanto, dos fundamentos teóricos do trabalho; eles também são armados, com esperteza e oportunismo.

GROSSERIA. Para aderir à moda, o conceito chave da obra é "o imaginário": "conjunto de crenças, mitos e arquétipos", de Cornelius Castoriadis, segundo Kucinski. Mas, embaralhado pela evidente grosseria com que distribui "o imaginário" ao longo de todo o texto, ele diz que o seu conceito de imaginário é uma síntese do de Castoriadis e do de Gaston Bachelard, um filósofo da ciência mais antigo. Prodígio de solução: para resolver um problema menor - uma tese mal feita na ECA - Kucinski candidata-se a resolver um problema filosófico que lhe daria um grau de doutor na Sorbonne.

A próxima proeza conceitual de Kucinski é resolver definitivamente a pendenga entre Weber e Marx, no "imaginário", é

claro, da "juventude da época". Ai, então, é um samba do acadêmico doido. "O traço marcante e o denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo", diz ele, é "o espírito anticapitalista". "A esquerda" e "a juventude da época", "na sua oposição geral" "não só ao regime militar", "mas ao próprio capitalismo", "não se propunham objetivos mercantis", "reputavam o lucro", negavam que as "virtudes do ascetismo, apontadas por Weber, fossem uma das bases da acumulação"; "toda acumulação era vista como um roubo", "identificada como a acumulação primitiva referida por Marx". Além de ter descoberto uma juventude em geral no Brasil, independente de classes e camadas sociais, Kucinski transforma o debate de Weber com Marx numa polêmica entre diferentes tipos de moralismo. E, de quebra, confunde acumulação primitiva com mais-valia!

CAUSA MORTIS. Por último (por enquanto), Kucinski descobre a contradição antagonista entre Gramsci e Lênin, o que com certeza lhe valerá um "doutor honoris causa" na ex-URSS. Ele começa, como sempre, generali-

zante, definitivo: a obra de Gramsci "Os intelectuais e a organização da cultura" teria se tornado "quase que um manual entre intelectuais e jornalistas" no Brasil do início dos anos 70. Gramsci, diz Kucinski, era "o consciente" dos jornais alternativos, "expresso nos programas e estatutos, compartilhado, principalmente, por jornalistas independentes e intelectuais". Só que, ao lado desses mecanismos e dessas idéias louváveis, onde se situariam pessoas como ele, Kucinski, havia também - oh! horror! - "o inconsciente leninista, trazido pelo ativismo político". Teria sido então esse nefasto mundo subterrâneo - e que incluiria, como no caso de Movimento, "diretivas do Comitê Central e do PCdoB captadas pelas ondas curtas da rádio Tirana" (pasmem!) que manipulava as decisões. Que fazer, então? A gente boa e inocente, "jornalistas independentes e intelectuais", com seus imaginários imaculados, "cansados das discussões em código", só podiam ir embora. E assim morreu a imprensa alternativa. Excetuada as tinturas devidas ao "esquerdismo" de Kucinski, os Mesquitas e Frias, nos seus comentários sobre a imprensa militante de esquerda, não escreveriam tese diferente.

Quanto aos erros fatuais e de lógica, e às mentiras do autor, ficam para uma próxima oportunidade.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

(1) Estou preparando um pedido formal à USP de uma audiência pública para rever a tese. Porque o autor manipulou depoimentos; e a banca examinadora só pode ter aprovado, com "dez e distinção", um trabalho com tantos erros, por compadrio.

ASCENSÃO E QUEDA

Espera-se que os livros de escada de avião sobre "a queda das estátuas" no socialismo dêem lugar a abordagens mais sérias sobre o fenômeno da **debacle** do socialismo stalinista. Luís Fernandes defendeu em 1989 uma tese no IUPERJ sobre a reintegração da economia soviética no mercado capitalista mundial. As análises já incorporavam a perestroika, embora sua problemática ainda se centrasse no "imperialismo soviético" e na transformação capitalista da URSS.

Para publicar sua tese, Fernandes deixou de lado os capítulos sobre a integração soviética no capitalismo ocidental e, principalmente, abandonou a temática da restauração do capitalismo que, se tivesse já existido, evitaria os penosos caminhos atuais de adequação à economia de mercado.

O livro se estrutura em torno de períodos da história soviética - do comunismo de guerra à perestroika - e suas repercussões nas relações econômicas externas da URSS. Antes, introduz o debate marxista do começo do século sobre o imperialismo, acompanhado do legado da industrialização tsarista na Rússia e dos efeitos do paradigma do capitalismo do Estado alemão nas opções bolcheviques.

Fernandes considera que a incapacidade do planejamento não democrático em elevar a produtividade, devido à incapacidade de introduzir novas tecnologias, e de levar os trabalhadores a submeter-se à disciplina do trabalho, como os dois eixos da crise da economia soviética. Depois de liderar os índices de desenvolvimento econômico até 1950, quando primou a industrialização extensiva, as décadas seguintes viram o declínio daqueles índices, até que nos 70 instalou-se a estagnação, uma espécie de versão soviética da tendência da queda na taxa de lucro.

Fernandes se mantém adepto do planejamento centralizado democrático. Mesmo em termos de eficiência, ele cita como, nos anos 80, os três países do Leste que adotaram formas de socialismo de mercado - Polônia, Hungria e Iugoslávia - foram os que tiveram piores desempenhos.

Enfim, um livro para quem não se contenta com as platitudes sobre o socialismo ou sobre sua morte prematura.

EMIR SADER

URSS - ASCENSÃO E QUEDA
A ECONOMIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES
DA UNIÃO SOVIÉTICA COM O MUNDO
CAPITALISTA
LUÍS FERNANDES
EDITORA ANITA GARIBALDI
270 PÁGINAS

AMÉRICAS

Traficantes e livre-mercado

Deputado boliviano alerta que sem as drogas o neoliberalismo afunda.

Alfonso Alem Rojo, deputado no Congresso Nacional Boliviano pelo Movimiento Bolivia Libre, de esquerda, e que esteve presente ao Congresso do PT, em novembro de 1991, alertou para o fato de que o problema do tráfico de drogas nas Américas é extremamente complexo, e não pode depender apenas de um enfoque policial. Rojo mencionou o fato de que numa economia frágil como a boliviana, não se pode desprezar os aportes trazidos pelos negócios do setor. Ressaltou que em 1990 a pauta de exportações legais da Bolívia renderia 500 milhões de dólares ao Banco Central, enquanto as entradas de dólares lavados vindos do narcotráfico significaram a entrada no

mesmo banco de 800 milhões a 1 bilhão. Lembrou que todos os camponeses que vivem da produção de folha de coca são miseráveis, e que não se lhes oferece opção mais rentável. Citou ironicamente o fato de que hoje a Bolívia aparece como exemplo de estabilização anti-inflacionária através do programa do FMI, mas que tal estabilização seria impensável sem os recursos oriundos do comércio da droga.

NARCOLIBERALISMO. "A tal ponto as coisas estão misturadas", comentou, "que em meu país às vezes não se fala em neo, mas em narcoliberalismo". Rojo defendeu a descriminalização do comércio de cocaína, com sua regulamentação. Também é neces-

sário, sublinhou, encarar o problema de um ponto de vista que leve em conta os fatores econômicos, culturais e sociais. A ótica estritamente policial e criminalizadora justifica apenas uma política agressiva, sempre à beira da intervenção, dentro de uma nova ordem global norteamericana que tenta se afirmar no continente.

De qualquer modo, o que se pode sublinhar é que problema tão complexo quanto este não depende apenas da Bolívia - mas de uma reordenação mais equânime do mercado internacional - incluindo os preços de produtos agrícolas e matérias-primas.

FLÁVIO AGUIAR

BRASIL AGORA ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a João Machado Borges Neto.
Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil
Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____
END. _____ Nº _____ APTO _____
MUNICÍPIO _____ UF _____ CEP _____
FONE _____
PROFISSÃO _____

Assinatura 12 edições Cr\$ 15.000,00
 Assinatura para o exterior US\$ 80,00 (12ed.)
 Assinatura de apoio (semestral) Cr\$ 25.000,00
 Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 31.000,00
 Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 50.000,00

Então agora você é presidente de um partido social-democrata?

Não. Eu continuo sendo presidente de um partido socialista, que está aos poucos assumindo a responsabilidade de um partido dirigente de uma sociedade muito heterogênea. E acho que, no seu Congresso, o Partido dos Trabalhadores amadureceu. O que nós não poderíamos é ter saído do Congresso como um partido vanguardista, com um discurso esquerdista, fora da realidade.

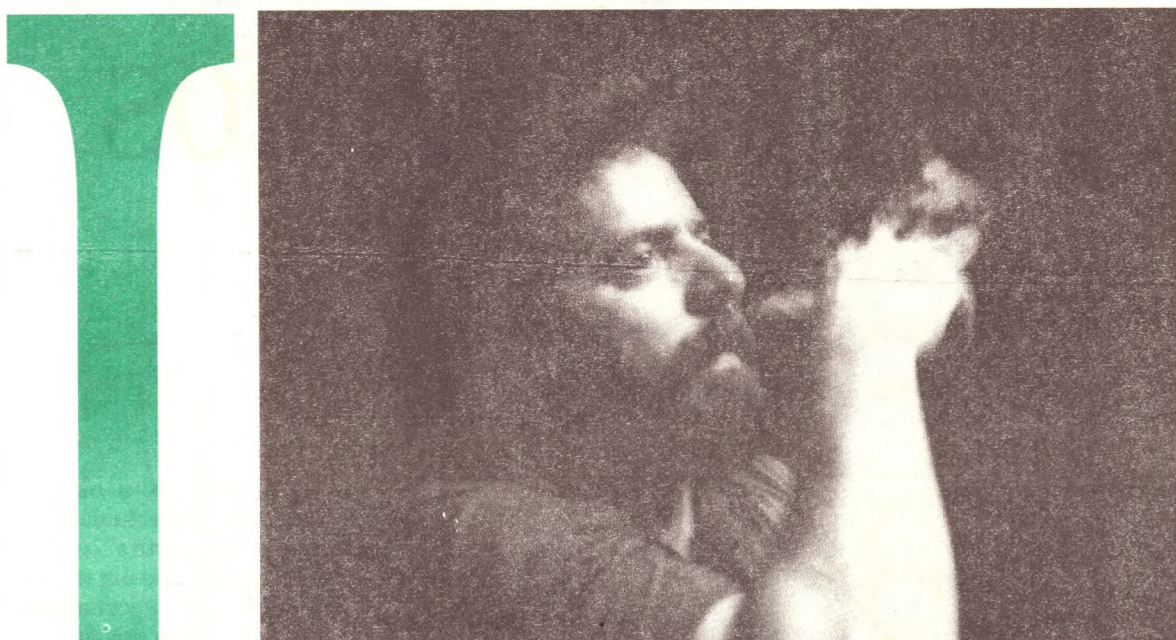
Depois do Congresso ainda há tendências no PT defendendo a ditadura do proletariado e outras que querem ver o PT fazendo uma "autocrítica" do socialismo, que condene Fidel Castro, por exemplo.

Eu não acredito que um cidadão democrata possa defender a ditadura do proletariado. Sou contra qualquer tipo de ditadura. Na minha concepção, só tem sentido eu chegar ao poder se puder estabelecer uma democracia forte e sólida, em que a classe trabalhadora, por ser o maior segmento social, possa ter voz determinante na elaboração das políticas governamentais. E acho que aqueles companheiros que fazem críticas a Cuba também estão equivocados. Acho que nós temos que respeitar a autodeterminação dos povos e fazer as nossas críticas aos companheiros cubanos com a maior honestidade possível, porque, por mais que a gente tenha críticas a Cuba, é preciso reconhecer que é o único país da América Latina em que o povo, embora pobre, vive de forma decente. Temos que aperfeiçoar o socialismo cubano discutindo com os cubanos.

Se o regime parlamentarista for adotado no Brasil, você vai aceitar ser candidato a presidente, mesmo sabendo que o presidente não governa?

Eu sou parlamentarista, porque acredito que através do parlamentarismo a gente pode ter uma forma mais democrática de gerir a administração de um país. Se o Brasil fosse parlamentarista e tivéssemos um primeiro-ministro fazendo todas as besteiras que o Collor está fazendo, obviamente já teríamos dado um voto de desconfiança pra ele no Congresso Nacional, já teríamos destituído o primeiro-ministro e substituído por outro. Isso não acontece com o presidente. Você tem que aguardar, teoricamente, que termine o mandato dele. Agora, logicamente, se o parlamentarismo for implantado no Brasil antes das próximas eleições, só terá sentido o Lula concorrer à Presidência da República dependendo do papel que o cargo terá. Se o papel do presidente for o de "rainha da Inglaterra", não terá sentido eu ser candidato. Só tem sentido ser candidato se tivermos um parlamentarismo nos moldes franceses, em que o presidente tem poder, e esse poder é dividido com o primeiro-ministro.

As coligações? Fora os Par-



HUGO SCOTTE

Não quer ser "rainha da Inglaterra"

LULA

Ele defende o parlamentarismo, mas só será candidato a presidente se o cargo não for figura decorativa. Defende também um rodízio que permita aos suplentes exercerem parte do mandato de deputado em certas situações. E defende, ainda, nesta entrevista a Mouzar Benedito, que o PT faça coligações mais amplas.

tidos Comunistas, com quem você vê possibilidade de coligar nas próximas eleições?

Eu vou dar a minha opinião pessoal, porque o partido só vai deliberar sobre isso na próxima reunião do Diretório Nacional, nos próximos dias 31, 1º e 2. Acho que o PT precisa ampliar suas alianças, não apenas para ganhar as eleições, mas sobretudo para que haja governabilidade depois de ganhar as eleições. A minha proposta de alianças perpassa os PCs, o PSB e vai até o PSDB, onde for possível. E onde for possível, também com o PDT. Embora sejamos contra aliança com qualquer partido de direita, inclusive com o PMDB, em algumas cidades em que porventura o PMDB tenha candidatos progressistas e que sejam pessoas comprovadamente honestas e que tenham compromissos populares, nós poderíamos fazer alianças até com eles. Agora, também é preciso saber que as alianças se darão onde for possível. Ninguém pode obrigar a existir aliança se a cidade e os partidos não quiserem.

Sobre os candidatos que são eleitos e mudam de partido, a quem você acha que pertence o mandato deles: a eles mesmos, ao partido ou à população?

Eu acho que todo mundo é dono do mandato. O mandato é do partido, é do eleitor e é da pessoa, os três têm posse do mandato. O que nós precisamos é saber distinguir o papel de cada um. O candidato é eleito porque tem um programa e esse programa foi feito pelo partido, e porque ele teve capacidade para convencer o eleitorado a votar nele. O partido tem posse do mandato porque o programa e os cabos eleitorais normalmente são do partido. E o eleitor tem posse porque foi o eleitor que colocou a pessoa lá. Agora, nós precisamos saber administrar isso corretamente. O prefeito é eleito para governar para a cidade, para a sociedade. Isso não significa negar o PT. Significa que esse prefeito tem que levar o programa do PT para a sociedade.

Como é o seu projeto de rodízio de mandatos de parlamentares?

Não é um projeto, tenho uma idéia que quero debater. Acho que, do ponto de vista político, nós precisamos adotar no PT a prática do rodízio. Que possa assumir o primeiro suplente, o segundo, o terceiro, quando houver conveniência para o partido. Vou dar um exemplo concreto: nós tivemos agora um grande debate sobre previdência social.

Nós temos um segundo suplente de deputado federal que é representante dos aposentados no Estado de São Paulo, o Galdino, de Jundiá. Seria para nós uma chance extraordinária, do ponto de vista político, colocar esse companheiro para exercer o mandato durante três ou quatro meses. Seria uma boa política para o partido colocar os aposentados para falar, ao invés da gente ficar falando por eles.

Lamentavelmente nós não tivemos agilidade política para pensar isso e nem a Constituição Federal permite a substituição de deputado, a não ser para assumir posto de secretário de

Estado, representar o Brasil em viagens internacionais ou em caso de doença. Eu não aceito a idéia do cidadão que diz "o mandato é meu, o povo me deu o mandato, portanto eu não posso fazer rodízio", porque no PT, já está provado nas sete eleições, o que elege o deputado é a legenda, o partido é que é forte e não as pessoas individualmente. Se o quociente eleitoral foi de 260 mil votos e ele foi eleito com 20 mil, a legenda deu pra ele 240 mil votos. É essa legenda que deu 240 mil votos porque teve um sem número de suplentes que não conseguiram ultrapassar os 20 mil votos. E um suplente que teve 19.600 votos, uma diferença de apenas 400 votos do eleito, tem o mesmo valor que o que teve 20 mil votos.

Por que o Governo Paralelo não aparece?

Porque não há uma política de fazer com que ele apareça, por parte dos grandes meios de comunicação. Há uma predisposição de negar o Governo Paralelo. Eu não me preocupo com isso, porque o objetivo do Governo Paralelo é chegar em 1994 como uma alternativa concreta para o país. Nós já produzimos nove propostas alternativas, vamos continuar produzindo e acho que é esse o papel que nos propusemos a cumprir. Eu diria que hoje não existe nenhum segmento de oposição no Brasil que tenha as políticas alternativas que o Governo Paralelo tem. Se isso não aparecer agora, vai aparecer na campanha presidencial de 1994.

Você tem viajado muito pelo mundo. O que tem visto de mais importante nessas viagens?

Primeiro, as minhas viagens têm como objetivo consolidar o PT em nível internacional. Acho que estamos conseguindo isso. O partido hoje goza de uma credibilidade internacional muito boa. Segundo, isso tem me dado um aprendizado muito grande. Eu tenho tirado ensinamentos da convivência democrática, da convivência da diversidade, da dependência dos países do Terceiro Mundo ao Primeiro Mundo, da necessidade de tornar as relações internacionais uma coisa muito mais forte e organizada, porque se nós ganharmos o governo vamos precisar de uma grande relação internacional para poder implementar as nossas políticas.

Os governos do exterior já não têm mais medo do PT?

Eu acho que não. Acho que as pessoas, falando em nível internacional, estão convencidas de que o PT seria a única e melhor solução para o Brasil.

Nem o Mário Amato sairia do Brasil se você ganhasse?

Eu acho que o Mário Amato falou uma bobagem e se arrependeu. Ele hoje deve estar amargando essa bobagem. Acho que as pessoas hoje estão mais maduras. Até os adversários.

Bom, só me resta agora desejar um feliz 94 para nós todos.

É. Mas antes de 1994 nós temos que vencer 1992 e 1993.



BRASIL AGORA

